

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	8
1. Contexto operacional	15
2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	17
3. Políticas contábeis materiais.....	18
4. Caixa e equivalentes de caixa	27
5. Títulos e valores mobiliários	27
6. Contas a receber.....	27
7. Estoques	28
8. Tributos a recuperar.....	30
9. Imposto de renda e contribuição social diferidos	31
10. Imobilizado	31
11. Ativos de direito de uso	33
12. Investimentos.....	34
13. Fornecedores	37
14. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	37
15. Obrigações trabalhistas	41
16. Obrigações tributárias.....	42
17. Passivos de arrendamento	43
18. Tributos parcelados	45
19. Partes relacionadas	46
20. Provisão para riscos	47
21. Patrimônio líquido	49
22. Imposto de renda e contribuição social	54
23. Receita líquida de vendas	57
24. Custos e despesas por natureza.....	57
25. Resultado financeiro	58
26. Subvenções governamentais	59
27. Instrumentos financeiros	59
28. Resultado por ação	64
29. Transações que não afetaram caixa	65
30. Eventos subsequentes.....	65
31. Autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	65
Relatório da administração.....	66

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**
Rua Juiz de Fora – 1.406 – Salas 601 e
602 | Santo Agostinho
30.180-061 | Belo Horizonte (MG) | Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores do
Grupo Mateus S.A.
São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Mateus S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo Mateus S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para riscos (Nota Explicativa nº 20)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O Grupo possui processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos, faz divulgações e registra provisão em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos casos em que considera que haverá perda provável.

Essa área permanece como foco de nossa auditoria no exercício corrente devido à relevância, complexidade, aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, na mensuração e definição de reconhecimento e/ou divulgação de uma provisão. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Atualizamos o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de provisão e as divulgações em notas explicativas;
- Testamos as despesas com assessores legais para confirmar que todos os assessores legais foram avaliados para serem objeto de confirmação de processos judiciais em andamento;
- Atualizamos o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera a avaliação histórica de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos; e
- Confirmamos junto aos assessores jurídicos externos da Companhia sobre os processos judiciais e administrativos que os mesmos patrocinam em relação à avaliação do prognóstico, totalidade das informações e ao valor estimado das demandas judiciais base para registro e divulgação das provisões para riscos (contingências).

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e divulgação da provisão para riscos foram adequados, e são consistentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de acordos comerciais (Nota Explicativa nº 24)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O Grupo recebe descontos comerciais significativos por acordos negociados junto aos seus fornecedores. Esses acordos comerciais variam conforme cada negociação, podendo compreender acordos pelo volume de compra, redução e/ou diferença de preço, recomposição de margem, verbas (percentual sobre compras), propaganda cooperada e demais negociações especiais. A forma de abatimento varia conforme as condições previstas nos acordos de fornecimento, podendo haver descontos de títulos e recebimento de mercadoria bonificada. As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas no resultado na devida competência.

Devido ao grande volume de transações, a relevância dos valores envolvidos e ao grau de julgamento exercido pelo Grupo sobre a natureza e o cumprimento das obrigações descritas nos acordos negociados com fornecedores, bem como das estimativas para apurar os valores a serem registrados e o exercício durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido como redutor dos custos das mercadorias vendidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos, novamente para o exercício corrente, esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos julgados como chaves no processo de compras e acordos comerciais;
- Recalculamos os valores dos “acordos comerciais – verbas” a receber sobre uma amostragem, em relação às transações de compra;
- Avaliamos as condições previstas no acordo, recalculamos o valor a receber de verbas, comparamos com o saldo contábil, inspecionamos a liquidação financeira subsequente e ou o recebimento de mercadoria bonificada através da checagem da nota fiscal de entrada;
- Selecionamos uma amostragem para os demais acordos comerciais (rebaixa/diferença de preço, inauguração de loja, propaganda cooperada, entre outros), para os quais obtivemos documentação suporte dos acordos firmados, incluindo a evidência de liquidação financeira subsequente e/ou o abatimento pelo recebimento de mercadoria bonificada através da checagem da nota fiscal de entrada;
- Observamos a data de vencimento na documentação suporte e validação da integralidade do aging list apresentado pela Companhia, além de avaliarmos à adequação do reconhecimento contábil dos lançamentos selecionados em base de testes;
- Analisamos as variações mensais dos saldos reconhecidos com descontos comerciais em relação aos custos das vendas, considerando tendências, sazonalidade e informações históricas; e
- Avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e consideramos as informações relevantes relacionadas aos descontos comerciais obtidos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos indicados anteriormente, consideramos que os saldos registrados de Acordos comerciais e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Grupo Mateus S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	397.734	154.007	1.664.167	1.289.138
Contas a receber	6	-	-	3.399.130	3.457.628
Estoques	7	-	-	6.047.328	5.087.655
Tributos a recuperar	8	76.601	10.963	605.142	419.631
Outros ativos	-	2.329	197	253.517	116.483
Total do ativo circulante		476.664	165.167	11.969.284	10.370.535
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	46	882
Tributos a recuperar	8	-	-	227.784	239.491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	3.355	-	126.888	-
Partes relacionadas	19	-	-	114	104
Outros ativos	-	-	-	81.824	84.444
Depósitos judiciais	20	-	-	30.637	27.436
Investimentos	12	9.447.118	8.535.680	43.144	19.238
Imobilizado	10	-	-	4.382.427	3.730.515
Intangível	-	-	-	61.160	33.840
Ativos de direito de uso	11	-	-	2.036.014	1.850.811
Total do ativo não circulante		9.450.473	8.535.680	6.990.038	5.986.761
Total dos ativos		9.927.137	8.700.847	18.959.322	16.357.296

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Mateus S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	13	-	-	3.078.569	3.039.206
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	420.986	465.402
Obrigações trabalhistas	15	27.014	22.442	445.071	394.255
Obrigações tributárias	16	43.690	77	419.431	212.910
Tributos parcelados	18	-	-	15.132	11.977
Passivos de arrendamento	17	-	-	79.464	35.626
Outros passivos	-	70	-	214.597	76.354
Total do passivo circulante		70.774	22.519	4.673.250	4.235.730
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	1.852.872	1.313.982
Passivos de arrendamento	17	-	-	2.089.299	1.927.542
Tributos parcelados	18	-	-	22.771	17.490
Provisão para riscos	20	6.065	6.056	305.138	59.821
Partes relacionadas	19	-	-	52.544	29.218
Total dos passivos não circulantes		6.065	6.056	4.322.624	3.348.053
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	8.346.465	8.013.514	8.346.465	8.013.514
Ações em tesouraria	21.b	(4.095)	(2.980)	(4.095)	(2.980)
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21.d	-	44.217	-	44.217
Reserva legal	-	258.476	192.566	258.476	192.566
Reserva de incentivos fiscais	-	424.955	424.955	424.955	424.955
Reserva de orçamento de capital	-	824.497	-	824.497	-
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores		9.850.298	8.672.272	9.850.298	8.672.272
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores	-	-	-	113.150	101.241
Total do patrimônio líquido		9.850.298	8.672.272	9.963.448	8.773.513
Total dos passivos e do patrimônio líquido		9.927.137	8.700.847	18.959.322	16.357.296

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	23	-	-	32.085.428	26.773.586
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	24	-	-	(24.825.355)	(20.960.658)
Lucro bruto		-	-	7.260.073	5.812.928
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas, gerais e de vendas	24	(39.510)	(37.680)	(5.161.274)	(4.390.155)
Resultado de equivalência patrimonial	12	1.382.778	1.248.095	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(3.449)	(7.985)	259.838
Total		1.343.268	1.206.966	(5.169.259)	(4.130.317)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.343.268	1.206.966	2.090.814	1.682.611
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	16.454	15.657	267.308	241.997
Despesas financeiras	25	(44.884)	(1.226)	(839.256)	(647.320)
Total		(28.430)	14.431	(571.948)	(405.323)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.314.838	1.221.397	1.518.866	1.277.288
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	-	(541)	(310.860)	(42.650)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22	3.355	-	126.888	-
Total		3.355	(541)	(183.972)	(42.650)
Lucro líquido do exercício		1.318.193	1.220.856	1.334.894	1.234.638
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	16.701	13.782
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		1.318.193	1.220.856	1.318.193	1.220.856
Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$	28	0,60	0,55	0,60	0,55

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.318.193	1.220.856	1.334.894	1.234.638
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	1.318.193	1.220.856	1.334.894	1.234.638
Resultado abrangente total atribuído a				
Acionistas controladores	-	-	1.318.193	1.220.856
Acionistas não controladores	-	-	16.701	13.782
Resultado abrangente total do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.334.894</u>	<u>1.234.638</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído a participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
					Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de orçamento de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21	4.780.929	-	44.217	131.523	2.498.937	-	-	7.455.606	86.379	7.541.985
Ajuste participação de não controladores em investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95)	(95)
Recompra de ações	21.b	-	(7.465)	-	-	-	-	-	(7.465)	-	(7.465)
Outorga de ações restritas	21.b	-	3.275	-	-	-	-	-	3.275	-	3.275
Deságio na outorga de ações	21.b	-	1.210	-	-	(1.210)	-	-	-	-	-
Aporte de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.175	1.175
Aumento de capital	21.a	3.232.585	-	-	-	(3.232.585)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.220.856	1.220.856	13.782	1.234.638
Destinações:											
Reserva legal	21.c	-	-	-	61.043	-	-	(61.043)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	21.c	-	-	-	-	1.159.813	-	(1.159.813)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21	8.013.514	(2.980)	44.217	192.566	424.955	-	-	8.672.272	101.241	8.773.513
Ajuste participação de não controladores em investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.792)	(4.792)
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	21.d	44.217	-	(44.217)	-	-	-	-	-	-	-
Recompra de ações	21.b	-	(10.818)	-	-	-	-	-	(10.818)	-	(10.818)
Outorga de ações restritas	21.b	-	9.703	-	-	-	-	-	9.703	-	9.703
Constituição de juros sobre capital próprio	21.e	-	-	-	-	-	-	(427.786)	(427.786)	-	(427.786)
Aumento de capital	21.a	288.734	-	-	-	-	-	-	288.734	-	288.734
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.318.193	1.318.193	16.701	1.334.894
Destinações:											
Reserva legal	21.c	-	-	-	65.910	-	-	(65.910)	-	-	-
Reserva de orçamento de capital	21.c	-	-	-	-	-	824.497	(824.497)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	21	<u>8.346.465</u>	<u>(4.095)</u>	<u>-</u>	<u>258.476</u>	<u>424.955</u>	<u>824.497</u>	<u>-</u>	<u>9.850.298</u>	<u>113.150</u>	<u>9.963.448</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.314.838	1.221.397	1.518.866	1.277.288
Ajuste para reconciliação o resultado do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10 e 11	-	-	376.746	353.392
Atualização passivos de arrendamento	17	-	-	219.494	169.611
Provisão para obsolescência e quebras	7	-	-	(128)	10.490
Atualização monetária de arrendamentos	11 e 17	-	-	(11.432)	(2.338)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	-	-	54.822	21.194
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures provisionados	14	-	-	211.795	200.365
Resultado na baixa de imobilizado e direito de uso	10	-	-	1.133	7.239
Provisão para riscos	20	9	5.530	245.317	31.775
Resultado de equivalência patrimonial	12	(1.382.778)	(1.248.095)	-	-
Variação nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	3.676	(924.319)
Estoques	7	-	-	(959.545)	(1.112.770)
Tributos a recuperar	8	(65.638)	(6.833)	(93.332)	(70.010)
Depósitos judiciais	20	-	-	(3.201)	(6.628)
Outros ativos	-	(2.132)	(102)	(144.164)	(66.864)
Variação nos passivos operacionais:					
Fornecedores	13	-	(69)	39.363	1.030.632
Obrigações trabalhistas e tributárias	15 e 16	48.185	9.528	(27.188)	173.694
Tributos parcelados	18	-	-	8.436	(1.116)
Outros passivos	-	70	(2)	283.731	48.560
Impostos pagos de juros sobre capital próprio	21	(58.005)	-	(58.005)	-
Impostos pagos	-	-	(541)	(26.335)	(42.650)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações		(145.451)	(19.187)	1.640.049	1.097.545
Recebimento de JCP	-	471.340	-	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	-	-	(179.053)	(143.167)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		325.889	(19.187)	1.460.996	954.378
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	10	-	-	(1.236.926)	(1.180.292)
Caixa recebido na venda de imobilizado	10	-	-	158.512	155.182
Integralização de capital - investida	12	-	-	(23.906)	(19.238)
Aquisição de intangível	-	-	-	(31.726)	(32.331)
(Aplicação) resgate em títulos e valores mobiliários	5	-	-	836	626
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	(1.133.210)	(1.076.053)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	962.076	86.595
Partes relacionadas	19	-	1.655	23.316	5.008
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	(500.344)	(195.462)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(81.047)	-	(81.047)	-
Outorga de ações restritas	21.b	9.703	3.275	9.703	3.275
Recompra de ações	21.b	(10.818)	(7.465)	(10.818)	(7.465)
Ajuste participação de não controladores em investidas	-	-	-	(4.792)	1.080
Pagamento de arrendamentos	17	-	-	(350.851)	(277.865)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento		(82.162)	(2.535)	47.243	(384.834)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		243.727	(21.722)	375.029	(506.509)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	154.007	175.729	1.289.138	1.795.647
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	397.734	154.007	1.664.167	1.289.138
Redução em caixa e equivalentes de caixa		243.727	(21.722)	375.029	(506.509)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Mateus S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	36.913.106	30.373.026
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(35.653)	(21.194)
	<hr/>	<hr/>	36.877.453	30.351.832
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(24.825.355)	(20.960.658)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.932)	(6.068)	(2.449.569)	(1.861.158)
	<hr/>	<hr/>	(27.274.924)	(22.821.816)
Valor adicionado bruto	<hr/>	<hr/>	9.602.529	7.530.016
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização	-	-	(376.746)	(353.392)
Valor adicionado líquido produzido	<hr/>	<hr/>	9.225.783	7.176.624
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	1.382.778	1.248.095	(146)	-
Receitas financeiras	16.454	15.657	267.308	241.997
	<hr/>	<hr/>	9.492.945	7.418.621
Valor adicionado total a distribuir	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Pessoal				
Remuneração direta	(36.930)	(29.780)	(2.392.989)	(1.917.558)
Benefícios	(91)	(5.179)	(158.459)	(124.291)
FGTS	-	(102)	(143.540)	(118.928)
	<hr/>	<hr/>	(2.694.988)	(2.160.777)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	9.798	(541)	(1.755.903)	(382.650)
Estaduais	-	-	(2.701.196)	(2.849.677)
Municipais	-	-	(20.871)	(6.782)
	<hr/>	<hr/>	(4.477.970)	(3.239.109)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(44.884)	(1.226)	(839.243)	(647.322)
Aluguéis	-	-	(145.850)	(136.775)
	<hr/>	<hr/>	(985.093)	(784.097)
Remuneração de capital próprio				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	(1.318.193)	(1.220.856)	(1.318.193)	(1.220.856)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	(16.701)	(13.782)
	<hr/>	<hr/>	(1.334.894)	(1.234.638)
Valor adicionado total distribuído	<hr/>	<hr/>	(9.492.945)	(7.418.621)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

O Grupo Mateus S.A. (“Companhia” ou “Grupo Mateus”) é uma holding cuja atividade preponderante é a participação societária no capital de outras, que foi constituída em 13 de setembro de 2016 com o nome de Exitus Holdings S.A., com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão. O principal investimento da controladora é a participação acionária no Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A. que atuam no segmento de atacado e varejo, eletro, mix, e na indústria por meio da controlada Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. A Companhia possui ações negociadas na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão sob o ticker “GMAT3”.

Investidas	Controle	Participação do capital total	
		31/12/2024	31/12/2023
Controladas			
Armazém Mateus S.A. (a)	Direto	98,77%	98,77%
Mateus Supermercados S.A. (b)	Direto	99,99%	99,99%
Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. (c)	Direto	99,99%	99,99%
Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. (d)	Direto	99,99%	99,99%
Posterus Supermercados Ltda. (e)	Direto	97,05%	97,05%
Mais Invicta Distribuidora Ltda. (g)	Direto	1,00%	1,00%
Indústria de Pães São Luis Ltda. (k)	Direto	51,00%	-
Armazzem Ltda. (f)	Indireto	51,00%	51,00%
Mais Fraldas Ltda. (g)	Indireto	51,00%	63,65%
Mateus Mais App Ltda. (g)	Indireto	95,00%	95,00%
Mais Invicta Distribuidora Ltda. (g)	Indireto	99,00%	99,00%
Emporio Spazio Mateus Ltda. (h)	Indireto	60,00%	-
MCJ Supermercados Ltda. (i)	Indireto	95,10%	-
Adonai Supermercados Ltda. (j)	Indireto	59,00%	-

- (a) Armazém Mateus S.A. (Armazém), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 26 de abril de 1989, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país;

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- (b)** Mateus Supermercados S.A. (Supermercado), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 18 de agosto de 2000, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio varejista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país através de sua cadeia de supermercados;
- (c)** Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. (Indústria de Pães) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 19 de setembro de 2007, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de fabricação e comércio atacadista de biscoitos, bolachas, bolos, pães e massas alimentícias e cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia;
- (d)** Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. (Rio Balsas) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 09 de julho de 2007, com sede na cidade São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de holding de instituições não-financeiras cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia;
- (e)** Posterus Supermercados Ltda. (Posterus) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 21 de março de 2017, com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – nas regiões Norte e Nordeste do país através de cadeia de supermercados;
- (f)** Armazzem Ltda. é uma sociedade de responsabilidade limitada, de controle do Armazém Mateus S.A., que explora o franqueamento das conveniências sob a marca “Armazzem do Seu Jeito”;
- (g)** Mais Fraldas Ltda, Mateus Mais App e Mais Invicta Distribuidora Ltda. são investidas controladas do Mateus Supermercados S.A., que exploram respectivamente as atividades de comércio varejista de produtos farmacêuticos com foco em fraldas e produtos de higiene, gerenciamento do aplicativo “Mateus Mais” e comércio atacadista de produtos em geral, também com foco em fraldas e produtos de higiene;
- (h)** Empório Spazio Mateus Ltda. (Empório Spazio), é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 13 de maio de 2024, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio varejista de mercadorias em geral;
- (i)** MCJ Supermercados Ltda. (MCJ Supermercados), é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 13 de maio de 2024, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio varejista de mercadorias em geral;
- (j)** Adonai Supermercado Ltda. (Adonai Supermercados), é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 12 de junho de 2024, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio varejista de mercadorias em geral;
- (k)** Indústria de Pães São Luis Ltda. é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 30 de setembro de 2024, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de fabricação e comércio atacadista de biscoitos, bolachas, bolos, pães e massas alimentícias.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como "IFRS Accounting Standards").

Em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, a Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira (Lei das S.A.s) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa no 3.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Grupo elaborou Demonstrações dos Valores Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas no mínimo anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração da Companhia é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dizem respeito a:

- **Nota Explicativa nº 6** – Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes;
- **Nota Explicativa nº 7** – As principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- **Nota Explicativa nº 17** – Mensuração dos arrendamentos;
- **Nota Explicativa nº 20** – Mensuração de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, às principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- **Nota Explicativa nº 22** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem: i) o poder em relação à investida (direitos que lhe garantem a capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida), ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e iii) capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as entidades relacionadas na Nota Explicativa no 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as entidades consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido com base no método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a controladora e controladas ou entre controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das companhias controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia.

Todos os saldos e transações entre as companhias controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.5. Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

O resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Conversão de moeda estrangeira

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual elas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) a seguir); e
- A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide a seguir). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial.

O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Resultado financeiro” (Nota Explicativa nº 25).

ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de “*hedge*” designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (ver item (i) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (vide item (i) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas controladas não possuem ativos com esta classificação.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; e
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; e

O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantidos para negociação; ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos Futuro de Moeda – NDF (“*Non Deliverable Forward*”), não designados como para contabilidade de hedge (*hedge accounting*), para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuem operações com instrumentos derivativos.

c) Contas a receber

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de venda de suas controladas Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A., provenientes da venda de atacado e varejo e recebíveis de cartões de crédito.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como “custo amortizado”.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. O montante de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é reconhecido, quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível.

d) Estoques

De acordo com o CPC 16 – Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos, bem como ajustes para correção da eliminação do lucro nos estoques da controlada Supermercado Mateus S.A., onde parte substancial das transações de compra de produtos do Supermercado são realizadas com sua parte relacionada Armazém Mateus S.A.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o exercício de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

f) Arrendamentos

Direito de uso em arrendamento

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para exercícios anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica à isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo para arrendamentos cujos prazos sejam iguais ou inferiores a 12 meses a partir da data de início do contrato e que não tenham opção de compra.

Também aplica à concessão de isenção de reconhecimento de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (“*impairment*”). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente – Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“*impairment*”) os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por “*impairment*” é reconhecida.

As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em exercícios futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado “*impairment*” para ativos não financeiros.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

j) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

k) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica “Receita operacional líquida” durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

I) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

m) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)**

À alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240.

- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

À alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

n) Distribuição de lucros

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

p) Lucro básico e diluído por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

q) Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados em 2024

Uma série de novas normas contábeis foram alteradas e ou criadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024, a saber:

- Alterações ao IFRS 16 / CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Não se espera que as alterações tenham algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia;
- Alterações ao IAS 1 / CPC 26: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia; e
- Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40: Acordos de financiamento de fornecedores: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

r) Normas e interpretações novas e alteradas emitidas e ainda não aplicáveis

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Adoção ao IFRS 18 / CPC 26 (R1) - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras: A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduziu novas exigências para:
 - i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
 - ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e
 - iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- Alterações aos IFRS 07 e IFRS / CPC 40 e CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações tem como objetivo:
 - esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
 - introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
 - esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes; e
 - esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente; (v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	196.115	2.336	797.239	264.078
Aplicações financeiras	201.619	151.671	866.928	1.025.060
Total	397.734	154.007	1.664.167	1.289.138

As aplicações financeiras são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento, estando em 31 de dezembro de 2024 distribuídas entre CDB, com rentabilidade média 91,49% (105% em 31 de dezembro 2023) e fundo de investimento, com rentabilidade média de 93,72% (104% em 31 de dezembro de 2023). Para mais detalhes relacionados à exposição da Companhia aos indexadores de taxa de juros e a análise de sensibilidade para estes ativos financeiros, consultar a Nota Explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

5. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Nordeste do Brasil S.A. Capitalizações	46	882
Total ativo não circulante	46	882

Essas aplicações financeiras estão classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem sujeitas a risco de mudança de valor se resgatadas antes do prazo, possuem prazo médio de 05 anos.

6. Contas a receber

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Títulos a receber	1.672.491	1.532.158
Cartão de crédito	1.806.566	1.966.244
Subtotal	3.479.057	3.498.402
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(79.927)	(40.774)
Total	3.399.130	3.457.628

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Segue a movimentação para créditos de liquidação duvidosa:

	2024	2023
Saldo anterior	(40.774)	(44.143)
Adição	(61.195)	(31.686)
Reversão	6.373	10.492
Baixa	15.669	24.563
Saldo do exercício	(79.927)	(40.774)

A Companhia e suas controladas sempre mensuram a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente a Perdas de Crédito Esperadas (PCE). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. Periodicamente, uma análise é conduzida para avaliar a recuperabilidade dos títulos que foram provisionados, identificando aqueles que são considerados irrecuperáveis e, portanto, são demonstrados na linha “Baixa”.

Em 31 de dezembro de 2024, não há contas a receber dado em garantia pela Companhia e suas controladas.

b) Composição de saldos por idade de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	3.075.406	3.326.203
Contas a receber - vencidos	403.651	172.199
De 01 a 30 dias	133.812	53.822
De 31 a 60 dias	83.874	42.224
De 61 a 90 dias	68.647	4.600
De 91 a 180 dias	47.034	30.779
De 181 a 360 dias	20.716	5.260
Acima de 360 dias	49.568	35.514
Total	3.479.057	3.498.402

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda	5.993.965	5.048.077
Provisão para obsolescência e quebras (a)	(36.837)	(36.965)
Adiantamento a fornecedores	90.200	76.543
Total	6.047.328	5.087.655

- (a) A natureza das operações do comércio atacadista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Nestas movimentações ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição. A Companhia e suas controladas monitoram estas ocorrências através de departamento específico e toma as providências cabíveis para sua diminuição.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Movimentação da provisão para obsolescência e quebras:

	2024	2023
Saldo anterior	(36.965)	(26.475)
Movimento	128	(10.490)
Saldo atual	(36.837)	(36.965)

Em 31 de dezembro de 2024, não há estoques dados em garantia pela Companhia e suas controladas.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a compensar	-	-	4.226	10.541
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar - CIAP (a)	-	-	339.321	256.588
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a compensar (b)	73.745	8.084	84.568	21.483
Imposto de renda sobre aplicação financeira	-	-	47.532	31.228
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a compensar	2.856	2.879	8.800	9.751
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	75.573	61.832
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	253.427	262.982
Outros impostos a recuperar	-	-	19.479	4.717
Total	76.601	10.963	832.926	659.122
 Circulante	76.601	10.963	605.142	419.631
Não circulante	-	-	227.784	239.491
Total	76.601	10.963	832.926	659.122

(a) Refere-se substancialmente a créditos decorrente de aquisição de ativos imobilizados. A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de impostos, cuja expectativa de realização é de longo prazo.

(b) Refere-se, principalmente, à retenção de imposto de renda retido na fonte decorrente dos juros sobre capital próprio recebidos da controlada Armazém Mateus S.A.

A Administração tem avaliado periodicamente a evolução desses créditos acumulados de impostos e a sua realização, objetivando o seu aproveitamento. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas companhias do Grupo Mateus.

Em	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Em 01 ano	605.142	419.631
De 01 a 02 anos	177.672	82.959
De 02 a 03 anos	43.279	81.329
De 03 a 04 anos	6.833	75.203
Total	832.926	659.122

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) diferido	2.467	93.300
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) diferido	888	33.588
Total	3.355	126.888

Montante decorrente de diferenças temporárias (tributo sobre o lucro recuperável em período futuro) no qual a Administração da Companhia estima recuperabilidade até o final do exercício de 2025. Para mais detalhes, consultar a Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda e contribuição social.

10. Imobilizado

% - Taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2023		Transferências (d)	Reclassificações (e)	Saldo em 31/12/2024	
	Consolidado	Adições	Baixas (c)		Consolidado	
Custo						
Terrenos	-	291.510	193.549	(175.311)	(50.608)	-
Edificações	-	41.330	-	-	(20.339)	9.000
Máquinas e equipamentos	-	1.277.616	54.876	(535)	193.932	-
Móveis e utensílios	-	272.784	30.513	(367)	2.877	-
Veículos	-	36.656	76	-	(120)	-
Equipamentos de informática	-	122.292	16.532	(709)	730	-
Imobilizações em andamento (a)	-	570.091	779.164	(82.207)	(852.057)	750
Edificações em imóveis de terceiros (b)	-	2.325.371	162.216	(46.421)	734.293	-
Total	4.937.650	1.236.926	(305.550)	8.708	9.750	5.887.484
Depreciação						
Edificações	4	(11.783)	(406)	-	-	(12.189)
Máquinas e equipamentos	10	(421.521)	(129.329)	-	(1.995)	-
Móveis e utensílios	10	(110.515)	(25.071)	-	(496)	-
Veículos	20	(31.994)	(2.438)	-	2	-
Equipamentos de informática	20	(69.656)	(19.485)	-	(338)	-
Edificações em imóveis de terceiros	4	(561.666)	(112.485)	-	(5.881)	-
Total	(1.207.135)	(289.214)	-	(8.708)	-	(1.505.057)
Saldo	3.730.515	947.712	(305.550)	-	9.750	4.382.427

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

% - Taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em				Reclassificações	Saldo em 31/12/2023 Consolidado		
	31/12/2022		Adições	Baixas				
	Consolidado	Transferências						
Custo								
Terrenos	-	202.523	213.868	(124.881)	-	- 291.510		
Edificações	-	41.327	7	(4)	-	- 41.330		
Máquinas e equipamentos	-	1.022.203	171.082	(981)	85.312	- 1.277.616		
Móveis e utensílios	-	229.581	43.806	(603)	-	- 272.784		
Veículos	-	36.085	855	(284)	-	- 36.656		
Equipamentos de informática	-	100.313	22.897	(918)	-	- 122.292		
Imobilizações em andamento	-	511.007	571.138	(30.301)	(481.753)	- 570.091		
Edificações em imóveis de terceiros	-	1.776.631	156.639	(4.340)	396.441	- 2.325.371		
Total		3.919.670	1.180.292	(162.312)	-	- 4.937.650		
Depreciação								
Edificações	4	(11.322)	(461)	-	-	- (11.783)		
Máquinas e equipamentos	10	(311.932)	(109.589)	-	-	- (421.521)		
Móveis e utensílios	10	(88.555)	(21.960)	-	-	- (110.515)		
Veículos	20	(31.162)	(844)	12	-	- (31.994)		
Equipamentos de informática	20	(51.555)	(18.101)	-	-	- (69.656)		
Edificações em imóveis de terceiros	10	(464.959)	(98.567)	1.860	-	- (561.666)		
Total		(959.485)	(249.522)	1.872	-	- (1.207.135)		
Saldo		2.960.185	930.770	(160.440)	-	- 3.730.515		

- (a) Referem-se a aquisições em trânsito para construções e aquisições de bens para os centros de distribuição e lojas e adiantamento a fornecedores em conexão com o plano de crescimento esperado da Companhia e suas controladas;
- (b) Referem-se a benfeitorias e expansões nos centros de distribuição e lojas das controladas do Grupo;
- (c) Referem-se a alienação de bens (no montante de R\$ 304.000) e baixas decorrentes de avaliação de ausência de expectativa de benefícios econômicos futuros (no montante de R\$ 1.550);
- (d) Referem-se, principalmente, às construções que estavam em andamento e ficaram disponíveis para uso durante o exercício findo em 31/12/2024. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia nas operações de empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 360.373 (R\$ 186.848 em 31 de dezembro de 2023).
- (e) Referem-se, principalmente, à reclassificação de bens, antes classificados como outros ativos.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

11. Ativos de direito de uso

% - taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2023		Adições	Baixas	Encerrados	Remensuração	Saldo em 31/12/2024	
	Consolidado	Consolidado					Consolidado	Consolidado
Custo								
Direito de uso de arrendamento	-	2.322.848	197.988	-	(2.314)	153.127	2.671.649	
Amortização	6,90	(472.037)	(163.598)	-	-	-		(635.635)
Total		1.850.811	34.390	-	(2.314)	153.127		2.036.014
% - taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2022		Adições	Baixas	Encerrados	Remensuração	Saldo em 31/12/2023	
	Consolidado	Consolidado	Consolidado				Consolidado	
Custo								
Direito de uso de arrendamento	-	1.588.404	667.035	(105)	(10.856)	78.370	2.322.848	
Amortização	7,01	(327.589)	(144.448)	-	-	-		(472.037)
Total		1.260.815	522.587	(105)	(10.856)	78.370		1.850.811

A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo de 02 a 30 anos.

O valor presente dos arrendamentos foi calculado, por meio da projeção de pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto (taxa incremental), que variam de 9% a 18,90%.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações em companhias controladas				
Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.	167.456	177.250	-	-
Armazém Mateus S.A.	8.117.060	7.167.668	-	-
Mateus Supermercados S.A.	745.271	797.413	-	-
Posterus Supermercados Ltda.	132.614	113.709	-	-
Rio Balsas Part. e Empreend. Ltda.	284.506	279.556	-	-
Mais Invicta Distribuidora Ltda.	211	84	-	-
Fundo Imobiliário Big Box	-	-	43.144	19.238
Total	9.447.118	8.535.680	43.144	19.238

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Resumo dos investimentos

	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Lucro líquido		Lucro não realizado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações diretas em										
companhias										
Indústria de Pães e										
Massas Mateus Ltda.	99,99%	99,99%	169.962	179.270	91.449	91.449	(9.308)	11.617	29	34
Armazém Mateus S.A.	98,77%	98,77%	8.224.987	7.264.233	6.741.097	6.741.097	1.438.456	1.173.885	-	-
Mateus										
Supermercados S.A.	99,99%	99,99%	797.936	839.471	720.081	720.081	(40.869)	67.425	11.278	13.097
Posterus										
Supermercados Ltda.	97,05%	97,05%	148.737	123.922	87.214	87.214	24.831	23.312	5.193	6.031
Rio Balsas Participações										
e Empreendimentos Ltda.	99,99%	99,99%	282.106	279.269	271.220	271.220	2.837	5.145	-	-
Indústria de Pães São Luis										
LTDA	51,00%	-	100	-	100	-	-	-	-	-
Mais Invicta	1%	1%	7.950	7.949	2.000	2.000	12.619	5.990	--	--
Participações indiretas										
Armazzem Ltda.	51,00%	51,00%	144	894	200	200	(619)	762	-	-
Mais Fraldas Ltda.	51,00%	63,65%	4.237	2.211	6.200	4.175	797	(1.540)	-	-
Mateus Mais App Ltda.	95,00%	95,00%	(1.142)	9.439	2.105	2.105	(4.925)	(2.231)	-	-
Mais Invicta	99,00%	99,00%	7.950	7.949	2.000	2.000	12.619	5.990	-	-
Emporio Spazio			100							
Mateus Ltda.	60,00%	-			100	-	(17)	-	-	-
MJC Supermercados Ltda.	95,10%	-	10	-	10	-	(162)	-	-	-
Adonai			-							
Supermercados Ltda.	59,00%	-			-	-	-	-	-	-
Participações										
em Fundos										
de investimentos										
Fundo Imobiliário										
Big Box (a)	100,00%	100,00%	37.265	(1.467)	55.913	19.263	6.735	(18.159)	-	-

(a) Fundo de Investimento Imobiliário Big Box é registrado na CVM e classificado como FII de imóveis gestão ativa e tem como segmento de atuação imóveis urbanos de varejo, principalmente os destinados a varejo de grande superfície. A controlada Rio Balsas Empreendimentos Ltda. recebeu em dação 100% das cotas do fundo em 05 de maio de 2023. O principal objetivo do fundo é dar continuidade ao desenvolvimento do empreendimento localizado em Altos, no estado do Piauí.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Movimentação

Controladora	Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.	Posterus Supermercados	Rio Balsas	Armazém Mateus S.A.	Mateus Supermercados S.A.	Mais Invicta Distribuidora	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.250	113.709	279.556	7.167.668	797.413	84	8.535.680
Resultado da equivalência patrimonial	(9.765)	24.098	4.950	1.420.805	(40.864)	54	1.399.278
Recebimento de JCP	-	-	-	(471.413)	-	-	(471.413)
Atualização de PL da investida	-	-	-	-	-	73	73
Lucro não realizado nos estoques	(29)	(5.193)	-	-	(11.278)	-	(16.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	167.456	132.614	284.506	8.117.060	745.271	211	9.447.118
Saldo em 31 de dezembro de 2022	165.668	97.116	274.123	6.008.223	742.435	20	7.287.585
Resultado da equivalência patrimonial	11.616	22.624	5.433	1.159.445	68.075	64	1.267.257
Lucro não realizado nos estoques	(34)	(6.031)	-	-	(13.097)	-	(19.162)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.250	113.709	279.556	7.167.668	797.413	84	8.535.680

Consolidado

Fundo Imobiliário Big Box

Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.238
Adição	23.906
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.144

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
De produtos	-	-	2.822.538	2.674.686
De serviços	-	-	72.916	154.707
De imobilizado	-	-	45.172	92.650
De consumo	-	-	8.301	91.347
Risco sacado (a)	-	-	129.642	25.816
Total	-	-	3.078.569	3.039.206

- (a) Refere-se às operações de risco sacado em que não houve modificações relevantes das condições de compras (pagamentos e de preços negociados) com os fornecedores, permanecendo em condições usualmente praticadas no mercado. As operações de risco sacado possibilitam aos fornecedores, que arcaram com os juros, melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas, em geral, operaram com prazo médio de pagamento de operações com risco sacado de aproximadamente 30 dias, não há cauções ou garantias oferecidas pela Companhia e suas controladas nessas operações.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Composição

Modalidade	Item	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	14.1	934.535	434.142
Leasing	14.2	10.495	29.923
Financiamentos	14.3	395.158	278.213
Debêntures	14.4	933.670	1.037.106
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures		2.273.858	1.779.384
Circulante		420.986	465.402
Não circulante		1.852.872	1.313.982
Total		2.273.858	1.779.384

b) Vencimentos

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	268.520
2026	619.496	257.984
2027	543.125	120.958
2028	130.799	114.461
2029	130.799	114.461
A partir de 2030	428.653	437.598
Total	1.852.872	1.313.982

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Movimentação

A movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

Movimentação	Consolidado				
	Empréstimos	Financiamentos	Leasing	Debêntures	Total
31 de dezembro de 2023	434.142	278.214	29.923	1.037.105	1.779.384
Captações	800.000	162.076	-	-	962.076
Provisão de juros	81.571	33.306	5.862	91.056	211.795
	(325.502)	(51.861)			(19.545)
Pagamentos principal)	(103.436)	(500.344)
Pagamentos juros	(55.676)	(26.577)	(5.745)	(91.055)	(179.053)
31 de dezembro de 2024	934.535	395.158	10.495	933.670	2.273.858
31 de dezembro de 2022	487.727	197.696	53.378	1.092.252	1.831.053
Captações	-	86.595	-	-	86.595
Provisão de juros	56.628	9.852	7.220	126.665	200.365
Pagamentos principal	(75.141)	(5.348)	(23.455)	(91.518)	(195.462)
Pagamentos juros	(35.072)	(10.581)	(7.220)	(90.294)	(143.167)
31 de dezembro de 2023	434.142	278.214	29.923	1.037.105	1.779.384

14.1. Empréstimos

Modalidade	Item	Encargos	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos - Capital de Giro	a)	CDI + 2,67% a.a.	-	61.750
CPR	b)	10,8% a.a.	-	205.725
CPR	c)	CDI + 1,82% a.a.	111.698	166.667
CPR	d)	CDI + 1,15% a.a.	411.348	-
CPR	d)	CDI + 1,15% a.a.	411.489	-
Total de empréstimos			934.535	434.142

- a) Em 1º de outubro de 2021, a controlada Mateus Supermercados S.A. realizou uma operação de empréstimo com o Banco da Amazônia, no montante de R\$ 100.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,67% a.a., com prazo de pagamento de 5 anos, tendo sua primeira parcela paga em 25 de janeiro de 2022. Em 13 de novembro de 2024 a Companhia efetuou a liquidação antecipada da dívida;
- b) Em 29 de outubro de 2021, a controlada Mateus Supermercados S.A. emitiu Cédula do Produtor Rural (CPR) junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 162.509, tendo sua remuneração pré-fixada equivalente a 10,8% a.a., com pagamento único no vencimento, em 2024. A Companhia fez uso de operações de swap desta captação, trocando estas obrigações por uma taxa de 95% do CDI (Nota Explicativa nº 27). Em 11 de outubro de 2024 a Companhia efetuou a liquidação da dívida, conforme prazo do contrato;
- c) Em 30 de dezembro de 2021, a controlada Mateus Supermercados S.A. emitiu Cédula do Produtor Rural (CPR) junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 250.000, com remuneração equivalente à taxa média dos certificados de depósito interbancário (CDI), acrescida de encargos adicionais de 1,82% a.a. Os pagamentos de juros e amortização do principal ocorrem mensalmente e o vencimento está previsto para 2026;
- d) No mês de outubro de 2024, a controlada Mateus Supermercados S.A. emitiu Cédulas do Produtor Rural (CPR) junto ao Bradesco e Banco do Brasil, ambas no montante de R\$ 400.000, com remuneração equivalente à taxa média dos certificados de depósito interbancário (CDI), acrescida de encargos adicionais de 1,15% a.a. Os pagamentos serão realizados em parcela única ao fim do prazo acordado, com vencimentos em 2026 e 2027, respectivamente. Tais contratações objetivaram a redução de encargos financeiros através da liquidação antecipadas de contratos cujas taxas superavam às praticadas nas respectivas CPR's.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

14.2. Leasing

Modalidade	Item	Encargos	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Leasings	a)	11,71% a.a.	10.495	29.923

- a) Outra fonte de financiamento das atividades da Companhia são os leasings destinados à aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizados em suas operações. No contexto dessas operações, o próprio bem financiado é dado em garantia ao credor. Em 31 de dezembro de 2024, a operação de leasing mais longa que a Companhia havia celebrado tinha como vencimento final a data de 17 de novembro de 2031.

14.3. Financiamentos

Modalidade	Item	Encargos	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Finame	a)	Média 12,81% a.a.	395.158	278.214

- a) Adicionalmente às operações de empréstimos acima mencionadas, a Companhia também celebra instrumentos financeiros no âmbito do programa de Financiamentos para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Finame). No contexto de tais operações, e semelhante ao observado nos contratos de leasing, os próprios bens financiados são outorgados em garantia, além do aval prestado pelo Sr. Ilson Mateus (acionista) e Companhias Controladas. No ano de 2024, foram captados Finame a uma taxa de juros que varia de 2,29% a.a. a 10,71% a.a., com vencimento até 2034. Em 31 de dezembro de 2024, a operação de Finame mais longa que a Companhia havia celebrado tinha como vencimento final a data de 15 de dezembro de 2034.

14.4. Debêntures

Modalidade	Item	Encargos	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Debêntures				
2ª Emissão Mateus Supermercados	a)	CDI + 2,00% a.a.	88.733	134.167
2ª Emissão Armazém Mateus (1ª Série)	b)	CDI + 3,30% a.a.	2.573	12.500
3ª Emissão Armazém Mateus (1ª Série)	c)	CDI + 2,35% a.a.	51.391	78.093
3ª Emissão Mateus Supermercados - CRI (i)	d)	IPCA + 6,34% a.a.	790.973	812.345
Total de debêntures			933.670	1.037.105

- a) Em 12 de novembro de 2019, o Mateus Supermercados emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza, no montante total de 230.000 debêntures a mil reais por debênture, totalizando R\$ 230.000, com vencimento em 12 de novembro de 2026 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,00% a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, “caput”, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- b) Em 10 de janeiro de 2017, o Armazém Mateus emitiu, em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sendo elas, 1^a Série no montante de R\$ 60.000, e 2^a Série no montante de R\$ 40.000 a mil reais por debênture, com vencimentos em 10 de janeiro de 2025 e 10 de janeiro de 2022, respectivamente. As debêntures da 1^a Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,30% a.a. Estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição. A segunda série já foi liquidada pela Companhia;
- c) Em 14 de novembro de 2018, o Armazém Mateus emitiu, em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sendo elas, 1^a Série no montante de R\$ 160.000, e 2^a Série no montante de R\$ 40.000 a mil reais por debênture, com vencimentos em 14 de novembro de 2026 e 14 de novembro de 2023, respectivamente. As debêntures da 1^a Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,35% a.a. Estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição. A segunda série já foi liquidada pela Companhia;
- d) Em 15 de julho de 2022, a controlada Mateus Supermercados S.A. concluiu a emissão de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de mil reais, perfazendo o valor total de R\$ 800.000 (montante recebido nessa data), nos termos do contrato firmado entre a Companhia e o agente fiduciário no dia 22 de maio de 2022. A emissão foi realizada em série única, sem constituição de garantias específicas, reais ou pessoais, com remuneração de IPCA + 6,3423% a.a. e vencimento em 2032, sendo 7,45% a.a. a taxa efetiva da operação. O saldo inicial de reconhecimento da captação leva em consideração os custos da transação no valor de R\$ 24.552, que serão amortizados ao longo do contrato, R\$ 2.080 por ano.

Seguem as características gerais das debêntures das controladas:

Séries	Qtde. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros	Vencimento
Série única	230.000	100% DI + 2,00%	Trimestral até novembro de 2021 e mensal até o vencimento	2026
1 ^a Série	60.000	100% DI + 3,30%	Trimestral até janeiro de 2019 e mensal até o vencimento	2025
1 ^a Série	160.000	100% DI + 2,35%	Trimestral até agosto de 2020 e mensal até o vencimento	2026
Série única	800.000	IPCA + 6,3423%	Mensal até o vencimento	2034

Cláusulas restritivas

De acordo com o contrato de financiamento, as controladas Armazém Mateus e Mateus Supermercados obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (*covenants*) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida:

- a) Apuração anual, baseada nas Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo Mateus S.A., dentro do exercício de amortização da dívida, da dívida líquida pelo Ebitda, a qual deve obedecer ao limite máximo de 2,5 vezes;
- b) Apuração anual, baseada nas Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo Mateus S.A., dentro do exercício de amortização da dívida, do Ebitda pela despesa financeira, a qual deve obedecer ao limite mínimo de 2,25 vezes;
- c) Outras condições contratuais tais como aplicação do recurso no centro de distribuição e abastecimento do mesmo com estoques, entre outros.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

As controladas cumpriram com os referidos “covenants” anuais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, conforme evidenciado abaixo:

Quocientes (Covenants)	31/12/2024	31/12/2023
Dívida Líquida pelo EBITDA	0,29	0,28
EBITDA pela Despesa Financeira	3,29	3,60

Garantias e fianças

As investidas “Mateus Supermercado S.A.” e “Armazém Mateus S.A.” são fiadoras/avalistas solidárias e interveniente garantidora dos empréstimos e financiamentos da parte relacionada “Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.”.

Os contratos da “Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.” que as empresas supracitadas são fiadoras/avalistas totalizaram R\$ 175.453 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 146.566 em 31 de dezembro de 2023), conforme seguem a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Financiamento CRI - Crédito Imobiliário (Itaú)	175.453	111.913
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI 212 (XP investimentos)	-	34.653
Total	175.453	146.566

Em 16 de setembro de 2020, as investidas Mateus Supermercado S.A. e Armazém Mateus S.A. firmaram contrato sobre- condições gerais para a prestação de garantia com a empresa Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., onde regularam os termos e condições para a prestação de Garantias por ambas as partes, de forma a garantir o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias (inclusive todos os ônus, juros, multas, taxas, tributos, encargos e demais despesas) assumidas pelas partes perante a credores (Obrigações Garantidas).

Ficou acordado que as partes se comprometem periodicamente a apurar o saldo devedor total das Obrigações Garantidas por cada Parte e sobre esta diferença apurada será devida uma remuneração à taxa de 1% (um por cento) ao ano, como contraprestação às obrigações garantidas.

A remuneração deverá ser revista anualmente e ajustada, conforme necessário, para refletir as taxas usualmente praticadas pelo mercado para esse tipo de operação. O pagamento da remuneração será devido enquanto as Obrigações Garantidas não forem integralmente quitadas e/ou enquanto a Parte Garantidora permanecer na qualidade de garantidora das respectivas Obrigações Garantidas.

15. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	21.833	17.996	168.645	155.652
Provisão de férias	1.221	1.896	196.369	168.807
Rescisões a pagar	-	-	795	660
Contribuição sindical	-	-	1.195	945
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	3.621	2.206	47.631	42.289
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	339	313	15.728	12.992
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	-	31	14.708	12.910
Total	27.014	22.442	445.071	394.255

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	153.380	162.054
PIS e COFINS retido na fonte	3	5	4.514	657
PIS e COFINS a recolher (a)	43.686	70	171.800	154
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (b)	-	-	62.138	33.183
Contribuição social sobre Lucro Líquido (CSLL) (b)	-	-	20.071	9.078
Imposto Sobre Serviços (ISS)	-	-	6.151	1.735
Outros	1	2	1.377	6.049
Total	43.690	77	419.431	212.910

- (a)** O crescimento do PIS e COFINS na controladora refere-se, substancialmente, ao recebimento dos Juros Sobre o Capital Próprio distribuído pela controlada Armazém Mateus S.A. No consolidado o aumento, além do efeito na Controladora, foi impactado pelo tratamento conservador das controladas que possuem liminar.
- (b)** Com relação ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, o aumento no valor desses tributos se deve ao fato de que as receitas de subvenção passaram a ser tributadas a partir de 2024. A Companhia e suas controladas discutem judicialmente a nova lei que instituiu essa tributação e possuem liminares que suspendem sua exigibilidade.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

17. Passivos de arrendamento

A amortização dos passivos de arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo médio de até 30 anos.

A movimentação do arrendamento a pagar, foi a seguinte:

	% Taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2023			Saldo em 31/12/2024		
		Consolidado	Adições	Baixas	Encerrado	Remensuração	Consolidado
Custo							
Passivos de arrendamento	-	4.658.820	604.096	(350.851)	(4.015)	329.156	5.237.206
(-) Juros a apropriar	11,11	(2.695.652)	(406.108)	219.494	1.284	(187.461)	(3.068.443)
Total	-	1.963.168	197.988	(131.357)	(2.731)	141.695	2.168.763
 Circulante							
Circulante	-	35.626					79.464
Não circulante	-	1.927.542					2.089.299
Total		1.963.168					2.168.763
 Saldo em 31/12/2022							
	% Taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2023		
		Consolidado	Adições	Baixas	Encerrado	Remensuração	Consolidado
Custo							
Passivos de arrendamento		2.895.127	1.944.028	(277.865)	(43.816)	141.346	4.658.820
(-) Juros a apropriar	18,9	(1.557.792)	(1.276.993)	169.611	34.836	(65.314)	(2.695.652)
Total		1.337.335	667.035	(108.254)	(8.980)	76.032	1.963.168
 Circulante							
Circulante		80.274					35.626
Não circulante		1.257.061					1.927.542
Total		1.337.335					1.963.168

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou saldo de passivos de arrendamento no total de R\$ 2.168.763, sendo este junto à empresa Tocantins Participações o saldo no montante de R\$ 42.778 (R\$ 130.124 em 31 de dezembro de 2023), junto à empresa Atenas Participações o saldo no montante de R\$ 41.272 (não apresentava saldo em 31 de dezembro de 2023) e junto à empresa Rodrigues e Noleto Participações o saldo no montante de R\$ 37.825 (R\$ 23.049 em 31 de dezembro de 2023). Para mais detalhes, ver Nota Explicativa nº 19 – Partes relacionadas.

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	302.524
2026	349.850	294.994
2027	333.523	282.560
2028	308.174	245.098
2029	296.241	263.906
A partir de 2030	3.596.141	2.939.713
Juros embutidos	(2.794.630)	(2.401.253)
Total	2.089.299	1.927.542

O indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Nominal	Ajustado valor presente	Nominal	Ajustado valor presente
Contraprestação do arrendamento	5.237.206	2.168.763	4.658.820	1.963.168
PIS/COFINS potencial (9,25%)	484.442	200.611	430.941	181.593

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGPM estimado pela FGV dos últimos 12 meses de 6,54% representam os seguintes montantes:

Ativos de direito de uso	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo real		
Direito de uso	2.673.587	2.322.848
Depreciação	(637.573)	(472.037)
Total	2.036.014	1.850.811

Passivos de arrendamento	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo real		
Passivos de arrendamento	5.237.206	4.658.820
Despesa financeira	(3.068.443)	(2.695.652)
Total	2.168.763	1.963.168

Ativos de direito de uso	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	2.848.440	2.248.981
Depreciação	(679.270)	(457.026)
Total	2.169.170	1.791.955

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Passivos de arrendamento Fluxo inflacionado	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Passivos de arrendamento	5.579.719	4.510.670
Despesa financeira	(3.269.119)	(2.609.930)
Total	2.310.600	1.900.740

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento, sendo arrendamentos de curto prazo, geraram impacto no resultado conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aluguel de imóveis (Nota Explicativa nº 24 Custos e despesas por natureza)	(145.849)	(136.662)
Total	(145.849)	(136.662)

Garantias e fianças

A Companhia e a controlada Rio Balsas são fiadoras de obrigações assumidas pelas controladas “Mateus Supermercados S.A.” e “Armazém Mateus S.A.” no âmbito de contratos de locação celebradas por estas com terceiros. Adicionalmente, a controlada “Mateus Supermercados S.A.” também configura como fiadora de obrigações assumidas pela controlada “Armazém Mateus S.A.” em operações da mesma natureza.

18. Tributos parcelados

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento de ICMS (a)	28.442	10.942
Parcelamento tributos federais (b)	9.247	18.025
Parcelamento INSS	214	500
Total	37.903	29.467
Circulante	15.132	11.977
Não circulante	22.771	17.490
Total	37.903	29.467

(a) Em 2022, foram realizados parcelamentos de ICMS em 60 parcelas, com vencimento final em 2027. Em 2023, novos parcelamentos foram firmados nas mesmas condições, com vencimento em 2028. Já em 2024, foram realizados parcelamentos com vencimento final em 2029. O aumento dos parcelamentos estaduais em 2024 foi impulsionado, principalmente, pelas adesões ao PROREFIS no Estado do Pará, que permitiu o parcelamento em até 60 vezes, com redução de 50% nas multas e juros;

(b) Em 2015 foi realizado um parcelamento de tributos federais (REFIS) em 180 parcelas, com vencimento final em agosto de 2030. Em 2017, um novo parcelamento de PIS/COFINS foi firmado em 120 parcelas, com vencimento em abril de 2027. Em 2019, a Receita Federal consolidou diversos débitos em um novo parcelamento de 118 parcelas, com vencimento final em maio de 2029. Em 2020, devido à pandemia da Covid-19, foram realizados parcelamentos específicos de PIS/COFINS e INSS, com 60 parcelas e vencimento previsto para setembro de 2025. Já em 2023, novos parcelamentos federais foram contratados, com prazos de 24 e 60 parcelas, cujos vencimentos ocorrem em junho de 2025 e setembro de 2028, respectivamente.

Não há garantias ou arrolamento de bens relacionados aos parcelamentos de tributos da Companhia e suas controladas.

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	11.900
2026	9.076	1.718
2027	7.985	2.769
A partir de 2028	5.710	1.103
Total	22.771	17.490

19. Partes relacionadas

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo não circulante		
Braslub Distribuidora Ltda.	106	104
Indústrias Blanco Ltda.	8	-
Total	114	104
Passivo não circulante		
Indústrias Blanco Ltda. (d)	22.029	8.679
Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda. (b)	20.308	7.823
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.(a)	5.804	10.998
Mateus Eletrônica Ltda.	3	2
Rodrigues e Noleto	1.242	532
Braslub Distribuidora Ltda. (c)	3.158	1.184
Total	52.544	29.218
Passivo de arrendamentos		
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.	42.778	130.124
Rodrigues e Noleto	37.825	23.049
Atenas participações e empreendimentos Ltda	41.272	-
Total	121.875	153.173
Despesas financeiras de arrendamento		
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.	7.053	8.764
Rodrigues e Noleto	5.885	-
Atenas participações e empreendimentos Ltda	1.236	-
Total	14.174	8.764

(a) Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.

O saldo é referente ao aluguel dos imóveis locados pela Tocantins Part. e Empreendimentos Ltda. ao Mateus Supermercados S.A. para realização de suas atividades operacionais por meio de contrato de locação, tendo movimentado o montante de R\$ 61.973 durante o ano de 2024. O vencimento do referido saldo está previsto para 2025. Não há incidência de juros. O valor registrado como passivo de arrendamento também é um saldo a ser pago a Tocantins.

(b) Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda.

O saldo refere-se à operações de compra e venda de produtos entre as controladas da Companhia, como compradoras, e a Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda. (empresa especializada em produtos farmacêuticos), como vendedora. No ano de 2024, as compras das controladas da Companhia junto à Invicta totalizaram R\$ 315.196, sendo R\$ 314.539 para a controlada Armazém Mateus S.A. e R\$ 656 para a controlada Mais Fraldas Ltda.

(c) Braslub Distribuidora Ltda.

O saldo refere-se a títulos a pagar do Armazém Mateus por vendas efetuadas de lubrificantes à Braslub Distribuidora sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2025. No ano de 2024, as compras das controladas da Companhia junto à Braslub totalizaram R\$ 34.381.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(d) Indústria Blanco Ltda.

Corresponde a operações comerciais praticadas entre as controladas da Companhia na qualidade de compradoras, e a Industria Blanco Ltda., empresa especializada no empacotamento de açúcar, na qualidade de vendedora. As operações não são formalizadas individualmente via contrato, mas conforme demanda de solicitação de produtos, que, por sua vez, fatura com base nos preços de mercado. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2025. No ano de 2024, as compras das controladas da Companhia junto a Blanco totalizaram R\$ 204.690, sendo R\$ 47.327 para a controlada Armazém Mateus S.A., R\$ 127.461 para a controlada Mateus Supermercados S.A, R\$ 29.437 para a controlada Posterus Supermercados Ltda e R\$ 465 para a controlada Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas

O pessoal-chave da administração compreende os Diretores, Conselheiros da Administração e Fiscal.

A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários de diretores, conselheiros e administradores	10.399	8.754
Total	10.399	8.754

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve remuneração de curto prazo relativa a benefícios e bonificações no montante de R\$ 10.882 (R\$ 9.407 em 31 de dezembro de 2023) e remuneração de longo prazo de R\$ 13.383 (R\$ 4.516 em 31 de dezembro de 2023).

20. Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2024, provisão para as causas com prognóstico de perda considerada provável.

A variação da provisão tributária corresponde às discussões judiciais relativas à incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores recebidos à título de subvenção. As empresas do grupo possuem liminares em suas respectivas ações para suspender a exigibilidade dos tributos no montante total de R\$ 239.483 em 31 de dezembro de 2024.

A provisão para riscos, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas, cíveis e tributárias	6.065	6.056	305.138	59.821
Total	6.065	6.056	305.138	59.821

A seguir a movimentação das provisões:

Controladora	Trabalhistas	Tributarias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.523	-	533	6.056
Movimento	9	-	-	9
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.532	-	533	6.065

Controladora	Trabalhistas	Tributarias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	526	526
Movimento	5.523	-	7	5.530
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.523	-	533	6.056

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Consolidado	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.548	24.397	7.876	59.821
Movimento	3.354	241.325	638	245.317
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.902	265.722	8.514	305.138

Consolidado	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.396	3.105	7.545	28.046
Movimento	10.152	21.292	331	31.775
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.548	24.397	7.876	59.821

A Companhia e suas controladas também figuram como parte em alguns processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários que surgem no curso normal de suas operações. A Administração e seus assessores legais estimam as chances de perda para esses processos como possíveis e remotas.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor das causas dos processos com prognóstico de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, totaliza o valor de R\$ 1.641.345. O maior impacto decorre do auto de infração, lavrado em setembro de 2024 pela Receita Federal do Brasil na empresa Armazém Mateus S.A., que discute os valores de subvenção excluídos da base de cálculo do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) no montante total, incluindo multa e juros de R\$ 1.094.915.

As companhias do Grupo Mateus possuem outros processos administrativos e tributários decorrentes de autos de infração decorrentes de auditorias fiscais. Dentre esses processos, destacam-se discussões acerca da classificação fiscal das mercadorias e suas respectivas tributações pelo PIS e pela COFINS. O valor atualizado das autuações soma R\$ 277.929.

Em relação às demais matérias, as principais discussões nas quais as companhias do Grupo Mateus figuram como parte estão descritas a seguir:

Trabalhistas

As companhias do Grupo Mateus são partes em sua maioria de processos relacionados a procedimentos administrativos iniciados por ex-funcionários, órgãos públicos e terceirizados. A maioria desses processos decorrem de reclamações sobre a jornada de trabalho, acidentes de trabalho e outros, além de demandas relacionadas a comprovações de cumprimento da legislação trabalhista.

Cíveis e Regulatórios

O Grupo Mateus é parte em processos que discutem eventos ocorridos em ambiente de loja como furtos, acidentes, além de discussões relacionadas a vício de produtos, divergência de preços e outros.

Depósitos judiciais – Ativos não circulantes

A Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas, tributárias e cíveis	30.637	27.436
Total	30.637	27.436

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 8.346.465 (R\$ 8.013.514 em 31 de dezembro de 2023) está representado por 2.248.496.834 ações nominativas (2.209.346.079 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrado no quadro a seguir, sendo deduzido os custos com transação da Oferta Pública de Ações (IPO) de R\$ 182.186. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2024, homologou-se o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 288.734, com a consequente emissão de 39.123.755 ações ordinárias.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ilson Mateus Rodrigues	936.082.579	41,63	915.659.993	41,44
Maria Barros Pinheiro	343.439.348	15,27	335.946.506	15,21
Ilson Mateus Rodrigues Junior	249.232.550	11,08	244.385.347	11,06
Denílson Pinheiro Rodrigues	249.836.039	11,11	244.385.348	11,06
Outros (acionistas minoritários)	469.624.371	20,89	468.797.448	21,22
Ações em tesouraria (b)	254.947	0,01	171.437	0,01
Total	2.248.469.834	100	2.209.346.079	100

b) Ações em tesouraria

Com a aprovação do Programa “Outorga de Ações Restritas” em Assembleia Geral de Acionistas em 20 de abril de 2023 e Reunião do Conselho de Administração em 08 de maio de 2023, ficou autorizado a recompra de ações para manter em tesouraria para fazer frente as obrigações com os beneficiários.

Foi realizada em 22 de agosto de 2023 a recompra de 1.000.000 ações no valor total de R\$ 7.465, com o preço unitário de R\$ 7,465, das quais 885.053 ações são para atender o primeiro lote. Foi realizada entre os dias 13 e 20 de junho de 2024 a recompra de 1.500.000 ações no valor total de R\$ 10.818, tendo preço médio unitário de R\$ 7,2101, das quais 1.360.000 são para atender o segundo programa de outorgas. Vide movimento a seguir:

	Controladora	
	Quantidade	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	171.437	2.980
Compra	1.500.000	10.818
Outorga de ações restritas	(1.416.490)	(9.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	254.947	4.095

c) Apuração dos dividendos e destinação do lucro

Apuração dos dividendos	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.318.193	1.220.856
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(65.910)	(61.043)
(-) Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	(1.159.813)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	1.252.283	-
Alíquota dos dividendos mínimos obrigatórios	0,1%	0,1%
Valor calculado	1.252	-
Valor provisionado (a)	-	-

(a) Valor não provisionado, tendo em vista a distribuição dos juros sobre capital próprio ultrapassar o valor mínimo obrigatório.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Destinação do lucro	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.318.193	1.220.856
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(65.910)	(61.043)
(-) Constituição de juros sobre o capital próprio	(427.786)	-
(-) Constituição da reserva de orçamento de capital	(824.497)	-
(-) Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	(1.159.813)

- **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024**

No que se refere aos resultados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia proporá em Assembleia Geral Ordinária (AGO), a destinação do resultado apurado no exercício: (i) 5% (cinco por cento) seja aplicado na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação do art. 193 da Lei nº 6.404/76; (ii) pagamento de proventos no montante total bruto de R\$ 427.786 , considerando o montante líquido pago aos acionistas (R\$ 369.781) a título de juros sobre o capital próprio (JCP), que foi imputado para fins de cálculo do dividendo mínimo obrigatório (R\$ 1.252) e excede o montante mínimo obrigatório a ser distribuído; e (iii) o saldo remanescente do resultado do exercício social será retido para fins de execução de orçamento de capital do Grupo Mateus, conforme art. 196 da Lei no 6.404/76.

Em decorrência do descrito acima e caso tais propostas venham a ser aprovadas pelos acionistas da Companhia em AGO, não haverá pagamento adicional de dividendos, uma vez que os valores relativos aos JCP ora declarados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital e integralização de capital

No dia 07 de agosto de 2024 a Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração (RCA) a integralização do saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 44.217, através da cessão de direitos das ações que os acionistas majoritários detinham na empresa Industria de Paes e Massas Mateus. O aumento foi realizado sem a emissão de novas ações, ou mudança de composição societária.

e) Juros sobre o capital próprio

No dia 25 de março de 2024, a Administração da Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração (RCA) a constituição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 96.282. Adicionalmente, nos dias 11 de junho, 23 de setembro e 06 de novembro de 2024 a Administração da Companhia aprovou em RCA a constituição de JCP nos montantes de R\$ 134.862, R\$ 100.398 e R\$ 96.244, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 427.786. Conforme Lei 9.249/95, deve-se considerar o imposto retido na fonte, avaliado no montante de R\$ 58.005. Portanto, o saldo de juros sobre o capital próprio pago em 20 de dezembro de 2024 foi de R\$ 369.781.

21.1. Plano de pagamento baseado em ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2023, a Companhia aprovou a adoção dos programas de “Outorga de Ações Restritas” e de “Outorga de Opção de Compra de Ações”, como forma de remuneração de seus executivos e de suas controladas direta e indireta, dando a oportunidade de se tornarem seus acionistas, buscando uma maior retenção e alinhamento dos interesses destes administradores e empregados com os interesses dos acionistas, sempre com vistas ao desenvolvimento dos objetivos sociais do Grupo.

Na reunião do Conselho de Administração de 08 de maio de 2023 foram aprovados e celebrados os contratos entre as Companhias do Grupo e executivos, com base na entrega de Instrumentos Patrimoniais com a outorga de Ações Restritas e de outorga de Opção de Compra de Ações, cujo valor justo desses instrumentos foram calculados pelo modelo de precificação *Black&Scholes*, onde a Companhia e suas controladas passaram a reconhecer a despesa do custo das ações concedidas a partir de sua outorga até as respectivas datas de exercício de suas opções, conforme previsto em contrato, onde esses executivos poderão ou não exercer ao direito de compra dessas ações.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Por sua vez, na Reunião do Conselho de Administração do dia 11 de junho de 2024 foi aprovado o Segundo Programa de Outorga de Ações Restritas do Grupo Mateus S.A., que visa a estabelecer os termos e condições específicos para a outorga de ações restritas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia acima mencionado. Em consequência, no dia 24 de junho de 2024 foram aprovados e celebrados os contratos de Adesão ao Segundo Programa entre a Companhia e os executivos beneficiários.

a) Característica relevantes do primeiro programa de outorga de ações restritas

Destacamos as características mais relevantes do Programa:

- i) A outorga de opções deve respeitar o limite máximo até 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia;
- ii) A gestão do Programa é de responsabilidade do Conselho de Administração;
- iii) O número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos no item (i);
- iv) Com o propósito de atender a outorga deste Programa, a Companhia poderá transferir as ações mantidas em Tesouraria, sem custo para o beneficiário;
- v) Na hipótese de não haver ações em Tesouraria a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá diferir o prazo de entrega por mais 90 dias, renovável no máximo por mais 90 dias, tempo que a Companhia terá para adquirir as ações necessárias do mercado, ou converter a liquidação das Ações Restritas em equivalente benefício financeiro aos Beneficiários, utilizando a média ponderada por volume das cotações de fechamento das ações dos últimos 22 pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a contar da data prevista para a entrega das ações;
- vi) As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas e nos respectivos contratos;
- vii) O “período de Lock Up” é de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do Contrato de Adesão, podendo ser diferente ou alterado, com a aprovação do Conselho de Administração;
- viii) Em casos de desligamento de contrato de trabalho por iniciativa do Beneficiário ou por justa causa, perderá automaticamente todas as ações Restritas que ainda não foram transferidas, sem direito a qualquer indenização.

b) Característica relevantes do programa de outorga de opção de compra de ações

Destacamos as características mais relevantes do Programa:

- i) A outorga de opções deve respeitar o limite máximo até 9.654.528 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito) ações ordinárias da Companhia;
- ii) A gestão do Programa é de responsabilidade do Conselho de Administração;
- iii) O número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos no item (i);
- iv) Com o propósito de atender a outorga deste Programa, a Companhia poderá transferir as ações mantidas em Tesouraria, ou emitir novas ações, observando limite da capital autorizado pela Companhia;
- v) As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas, conforme os respectivos contratos;
- vi) Se até a data limite o executivo não apresentar o Termo de Exercício de Opção, as opções não exercidas serão automaticamente extintas e sem direito a indenização;
- vii) O “Período de Vesting” aprovado no Anexo I:
 - 30% do total de Opções outorgadas poderá ser exercido imediatamente, a partir da data de celebração do Contrato de Adesão;
 - 30% do total de Opções outorgadas poderá ser exercido, a partir de 31 de janeiro de 2024;
 - 40% do total de Opções outorgadas poderá ser exercido a partir de 31 de janeiro de 2025; e

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- No Anexo II o “período de vesting” aprovado é de 3 (três) anos.
- viii) No caso de exercício das opções, a Companhia deverá utilizar a média ponderada por volume das cotações de fechamento das ações dos últimos 22 pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a contar da data prevista para a entrega das ações, podendo ser concedido um desconto de até 20%, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração;
- ix) Em casos de desligamento de contrato de trabalho por iniciativa do Beneficiário ou por justa causa, perderá automaticamente todas as Opções outorgadas, cujo os “Períodos de Vesting” ainda não tenham se encerrado.

c) Característica relevantes do segundo programa de outorga de ações restritas

Destacamos as características mais relevantes do Programa:

- i) A outorga de opções deve respeitar o limite máximo até 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias
- ii) A gestão do Programa é de responsabilidade do Conselho de Administração;
- iii) O número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos no item (i);
- iv) Com o propósito de atender a outorga deste Programa, a Companhia poderá transferir as ações mantidas em Tesouraria, sem custo para o beneficiário;
- v) Na hipótese de não haver ações em Tesouraria a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá diferir o prazo de entrega por mais 90 dias, renovável no máximo por mais 90 dias, tempo que a Companhia terá para adquirir as ações necessárias do mercado, ou converter a liquidação das Ações Restritas em equivalente benefício financeiro aos Beneficiários, utilizando a média ponderada por volume das cotações de fechamento das ações dos últimos 22 pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a contar da data prevista para a entrega das ações;
- vi) Os Contratos de Adesão poderão fixar períodos de restrição a negociação das Ações Restritas, contados a partir da data da entrega das Ações Restritas ao Beneficiário (Períodos de Lock Up).
- vii) Em casos de desligamento de contrato de trabalho por iniciativa do Beneficiário ou por justa causa, antes do término do Prazo de Permanência e/ou da apuração das metas, perderá automaticamente todas as ações Restritas que ainda não foram transferidas, sem direito a qualquer indenização.

d) Outorgas

A primeira outorga das Ações Restritas exercida pela Companhia e seus beneficiários teve seu início em 08 de maio de 2023, cujas opções foram divididas em 2 Anexos, sendo que o primeiro anexo possui dois lotes, cada um deles sujeitos a um prazo de *Lock Up*. O preço de exercício do primeiro lote do anexo I e o anexo II é de R\$ 5,45 (cinco reais e quarenta e cinco centavos) valor esse correspondente a cotação média das ações de emissão da Companhia na B3 nos 22 (vinte e dois) pregões imediatamente anteriores a data da aprovação do Primeiro Programa de Ações Restritas da Companhia, realizada na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em dia 08 de maio de 2023. Por sua vez, com relação ao segundo lote do Anexo I, a cotação é de R\$ 8,17 (oito reais e dezessete centavos) correspondente a média das ações da Companhia no mês de março do exercício social no qual as Ações Restritas foram outorgadas.

A segunda outorga das Ações Restritas exercida pela Companhia e seus beneficiários teve seu início em 11 de junho de 2024, sendo que, as ações foram transferidas aos Beneficiários no dia 02 de julho de 2024, com cotação de R\$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos).

A primeira outorga das Opções exercida pela Companhia e seu beneficiário teve seu início em 08 de maio de 2023, segregados em dois anexos:

Anexo I – O preço de exercício para a outorga da opção do Anexo I é de R\$ 4,01 (quatro reais e um centavo) valor esse correspondente à média ponderada por volume das cotações de fechamento de uma ação ordinária da Companhia nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, entre os dias 7 (sete) e 21 (vinte e um) de julho de 2022.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Anexo II – O preço de exercício para outorga da opção do Anexo II é de R\$ 5,45 (cinco reais e quarenta e cinco centavos) valor esse correspondente à média ponderada por volume das cotações de fechamento de uma ação ordinária da Companhia nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no período de 04/04/2023 a 06/05/2023.

No quadro a seguir apresentamos a posição das outorgas em andamento:

Outorgas de ações restritas - Primeiro Programa (valores em reais)

Anexo/lote	Data início opção	Data fim Lock Up	Ações aprovadas	Valor de aquisição
Anexo I - Lote I	08/05/2023	08/05/2026	81.028	R\$ 5,45
Anexo I - Lote II	08/05/2023	06/11/2026	56.490	R\$ 8,17
Anexo II	08/05/2023	08/11/2023	747.535	R\$ 5,45
Subtotal – 1º Programa			885.053	

Outorgas de ações restritas - Segundo Programa (valores em reais)

Anexo/lote	Data início opção	Data fim Lock Up	Ações aprovadas	Valor de aquisição
Anexo I - Beneficiário I	24/06/2024	24/06/2024	800.000	R\$ 6,85
Anexo I - Beneficiário II	24/06/2024	24/06/2027	560.000	R\$ 6,85
Subtotal – 2º Programa			1.360.000	
Total Ações Restritas				2.245.053

Outorgas de opção de compra de ações (valores em reais)

Anexo	Data início vesting	Data fim vesting	Opções aprovadas	Valor de aquisição
Anexo I	08/05/2023	31/01/2025	3.620.448	R\$ 4,01
Anexo II	08/05/2023	08/05/2026	1.206.816	R\$ 5,45
Total opções			4.827.264	

Movimentação:**Quantidade anterior**

Outorgas	7.072.317
Exercidas	(2.245.053)
Quantidade atual	4.827.264
Saldo (a)	4.686

(a) Saldo compõe a linha de salários a pagar da Nota Explicativa nº 15 – Obrigações trabalhistas.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou registro de impostos diferidos ativos líquidos, calculados sobre diferenças temporariamente não dedutíveis, a alíquota combinada de 34%:

Descrição das provisões para	Controladora	
	31/12/2024	Base patrimonial
Prêmios, Bônus e Dissídio	6.380	
Contingências	3.489	
Base para impostos diferidos	9.869	
IRPJ - Diferido (Alíquota nominal - 25%)	2.467	
CSLL - Diferido (Alíquota nominal - 9%)	888	
IRPJ e CSLL diferidos (Alíquota nominal - 34%)	3.355	
Descrição das provisões para	Consolidado	
	31/12/2024	Base patrimonial
Obsolescência	35.997	
Créditos liquidação duvidosa	78.356	
Prêmios, bônus e dissídio	31.407	
Contingências	63.080	
Prejuízo fiscal	164.364	
Base para impostos diferidos	373.204	
IRPJ - Diferido (Alíquota nominal - 25%)	93.300	
CSLL - Diferido (Alíquota nominal - 9%)	33.588	
IRPJ e CSLL diferidos (Alíquota nominal - 34%)	126.888	

As controladas da Companhia, Armazém Mateus e Mateus Supermercados, têm gozado de incentivos fiscais em suas operações, cujos incentivos foram excluídos da tributação do imposto de renda e da contribuição social até o exercício de 2023. O procedimento encontra amparo na Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017, segundo a qual todos os incentivos e benefícios fiscais passaram a ser considerados como subvenção para investimento, sendo a sua tributação diferida até a distribuição destes valores aos acionistas da Companhia. Para maiores detalhes ver Nota Explicativa nº 26.

A aprovação da Lei 14.789/23, de 29 de dezembro de 2023, trouxe alguns impactos relevantes para a Companhia na medida em que passou a exigir o recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre os valores auferidos a título de receita de subvenção. Todos os aspectos relacionados a nova norma foram e seguem sendo cuidadosamente avaliados pela Companhia, a fim de que todas as adequações necessárias sejam realizadas.

A partir de 2024 o Grupo constituiu provisão dos impostos acima mencionados de forma conservadora e suspendeu seu recolhimento em razão de liminar obtida em discussão judicial. Diante deste cenário, a Companhia entende que reconhecer os impostos diferidos da Controlada Armazém Mateus S.A. de prejuízos sobre anos anteriores depende da evolução da jurisprudência sobre o tema.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.314.838	1.221.397
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição social a alíquota nominal	(447.045)	(415.275)
Adições	(247.776)	(51.122)
Adições permanentes	(246.468)	(49.242)
Resultado negativo na equivalência patrimonial	(86.196)	(46.172)
Juros sobre capital próprio recebido	(160.272)	-
Outras Adições	-	(3.070)
Adições temporárias	(1.308)	(1.880)
Provisões ou perdas estimadas	(1.308)	(1.880)
Exclusões	705.141	470.524
Exclusões permanentes	556.339	470.524
Resultado positivo na equivalência patrimonial	556.339	470.524
Outras exclusões - diferidas	148.802	-
Provisões diferidas	3.355	-
Juros sobre capital próprio creditado	145.447	-
Prejuízos compensados de exercícios anteriores	(6.965)	4.668
Imposto de renda e contribuição social	3.355	8.795
Alíquota efetiva – Geral	0,26%	0,72%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	(541)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	3.355	-

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.518.866	1.277.288
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição social a alíquota nominal	(516.414)	(434.278)
Adições	(316.105)	(136.691)
Adições permanentes	(298.972)	(116.673)
Depreciação e amortização sobre leasing	(44.476)	(49.038)
Despesas financeiras dos contratos de arrendamento	(82.245)	(57.120)
Juros sobre capital próprio recebido	(160.272)	
Outras adições	(11.979)	(10.515)
Adições temporárias	(17.133)	(20.018)
Provisões ou perdas estimadas	(11.523)	(9.872)
Lucros dos estoques não realizados	(5.610)	(10.146)
Exclusões	463.924	523.206
Exclusões permanentes	463.209	523.206
Doações e subvenções para investimentos	3.486	416.508
Arrendamento mercantil arrendatária/leasing/IFRS 16	149.606	95.389
Juros sobre capital próprio creditado	307.716	-
Outras exclusões	2.401	11.309
Exclusões temporárias	715	-
Reversão ou uso de provisão de perdas estimadas	715	-
Outras exclusões – diferidas	126.888	-
Provisões diferidas	71.005	-
Prejuízos fiscais diferidos	55.883	-
Prejuízos compensados de exercícios anteriores	126.136	17.774
IRPJ e CSSL sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(67.594)	(12.990)
IRPJ e CSLL da transição de lucro presumido para lucro real - Rio Balsas	806	329
Imposto de renda e contribuição social	(183.972)	(42.650)
Alíquota Efetiva – Geral	(12,11%)	(3,34%)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(310.860)	(42.650)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	126.888	-

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

23. Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mercadoria de revenda	36.385.706	30.245.569
Serviços prestados	173.924	127.457
(-) Deduções da receita:		
Impostos sobre a venda	(4.266.141)	(3.391.432)
Devoluções	(208.061)	(208.008)
Total	32.085.428	26.773.586

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 0% ou 7,6%).

24. Custos e despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e dos Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística. O Acordo Comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes. O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas controladas, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito etc. Os gastos com marketing referem-se às campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo Mateus atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo Mateus são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas		
Despesas com pessoal	(37.021)	(35.061)
Serviços prestados	(1.116)	(1.567)
Despesas gerais	(1.373)	(1.052)
Total	(39.510)	(37.680)
Despesas administrativas, gerais e de vendas	(39.510)	(37.680)
Total	(39.510)	(37.680)

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo da revenda	(24.825.355)	(20.960.658)
Despesas		
Despesas com pessoal	(2.699.299)	(2.276.179)
Propaganda e publicidade	(112.363)	(92.496)
Aluguéis	(145.849)	(136.662)
Fretes e combustível	(567.733)	(456.957)
Depreciação	(210.604)	(208.944)
Amortização de arrendamento	(166.142)	(144.448)
Água, luz e telefone	(322.102)	(266.315)
Serviços prestados	(310.856)	(270.437)
Manutenção	(193.935)	(152.309)
Materiais de consumo	(186.902)	(168.274)
Despesas gerais	(245.489)	(217.134)
Despesas administrativas, gerais e de vendas	(5.161.274)	(4.390.155)
Total geral	(29.986.629)	(25.350.813)

25. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	16.148	15.357
Descontos financeiros obtidos	306	300
Total de receitas financeiras	16.454	15.657
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1.279)	(1.221)
PIS e COFINS sobre JCP	(43.605)	-
Outras despesas financeiras	-	(5)
Total de despesas financeiras	(44.884)	(1.226)
Total do resultado financeiro	(28.430)	14.431

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Juros sobre títulos recebidos	30.659	21.244
Juros sobre aplicações financeiras	104.460	143.974
Descontos financeiros obtidos	2.534	317
Outras receitas financeiras	129.655	76.462
Total de receitas financeiras	267.308	241.997
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(230.630)	(201.350)
Juros passivos	(35.539)	(33.104)

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras de arrendamento	(200.205)	(168.988)
Percentual de cartão de crédito	(255.006)	(198.262)
Descontos concedidos	(23.373)	(10.996)
PIS e COFINS sobre JCP	(43.605)	-
Outras despesas financeiras	(50.898)	(34.620)
Total de despesas financeiras	(839.256)	(647.320)
 Total do resultado financeiro	 (571.948)	 (405.323)

26. Subvenções governamentais

A controlada Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – ICMS conforme Decreto nº 19.714/2014 da Sefaz – MA.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulte em 2% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais.

O Armazém Mateus possui benefícios fiscais relativos a ICMS também nos estados do Pará, Piauí, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada fez jus a R\$ 1.332.309 em subvenções estaduais (R\$ 1.129.267 em 31 de dezembro de 2023).

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do exercício e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

- a) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas sim reconhecida como receita nos exercícios apropriados;
- b) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos exercícios ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação; e
- c) Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

27. Instrumentos financeiros

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas informações contábeis pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. A Administração acredita que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

Foi considerado como cenário mais provável de realização, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável (i) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (ii) e (iii), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade a seguir, para cada um dos cenários mencionados.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	397.734	154.007	1.664.167	1.289.138
Contas a receber	-	-	3.399.130	3.457.628
Partes relacionadas	-	-	114	104
Títulos e valores mobiliários	-	-	46	882
Depósitos judiciais	-	-	30.637	27.436
Total	397.734	154.007	5.094.094	4.775.188
Fornecedores	-	-	3.078.569	3.039.206
Empréstimo, financiamentos e debêntures	-	-	2.273.858	1.779.384
Partes relacionadas	-	-	52.544	29.218
Total	-	-	5.404.971	4.847.808

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

i) Risco de mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos obtidos no mercado.

ii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, da capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos, da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e do não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos por meio de adiantamento a fornecedores.

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

iii) Risco de vencimento antecipado de debêntures

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de debêntures da Companhia, as quais estão mencionadas na Nota Explicativa nº 14.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	3.078.569	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	420.986	1.157.084	392.397	303.391
Partes relacionadas	-	52.544	-	-
Total	3.499.555	1.209.628	392.397	303.391
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	3.039.206	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	465.402	268.520	257.984	787.478
Partes relacionadas	-	29.218	-	-
Total	3.504.608	297.738	257.984	787.478

v) Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado			
	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros - hedge de valor justo				
Circulante	-	-	-	508
Não circulante	-	-	-	-
Total	-	-	-	508

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge cujo objetivo é proteger das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros atreladas ao certificado de depósito interbancário, e não como investimentos especulativos.

Esses derivativos não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge e são classificados como “Swap de taxa de juros – hedge” para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

Os valores de referência (nacional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2024, correspondem a R\$ 0 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 162.509), pois houve encerramento da operação.

vi) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, que são divulgadas pela B3.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i) Índice de endividamento

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de endividamento para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida	2.273.858	1.779.384
Caixa e equivalentes de caixa	(1.664.167)	(1.289.138)
Títulos e valores mobiliários	(46)	(882)
Dívida líquida	609.645	489.364
Patrimônio líquido	9.963.448	8.773.513
Índice de endividamento líquido	0,061	0,056

d) Risco de taxa de juros

i) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras equivalentes de caixa e nos títulos e valores mobiliários, vinculados ao CDI e empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou cenários de variação na CDI e TJLP. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício e para provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado.

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado a seguir.

Simulação com expectativa do CDI e TJLP projetados, conforme a seguir:

	Cenário atual	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	866.928	914.089	937.669	961.250	984.830	1.008.411
Taxa média (% do CDI)	-	100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado	-	5,44%	8,16%	10,88%	13,60%	16,32%
Saldo de aplicações financeiras	46	49	50	51	52	54
Taxa média (% do CDI)	-	100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado	-	5,44%	8,16%	10,88%	13,60%	16,32%
Saldo de financiamentos para investimento em máquinas e equipamentos - Finame (BNDES)	395.158	428.727	433.498	438.270	443.041	447.813
Juros sobre financiamento (IPCA + 6,08%)	-	8,50%	9,70%	10,91%	12,12%	13,33%
IPCA projetada	-	2,42%	3,62%	4,83%	6,04%	7,25%
Saldo de empréstimos para capital de giro	934.535	1.034.390	1.051.749	1.069.108	1.086.467	1.103.826
Juros sobre financiamento (TJLP + 6,97%)	-	10,69%	12,54%	14,40%	16,26%	18,12%
TJLP projetada	-	3,72%	5,57%	7,43%	9,29%	11,15%
Saldo de "leasing"	10.495	10.979	11.174	11.369	11.564	11.759
Juros sobre "leasing" (TJLP + 0,9%)	-	4,62%	6,47%	8,33%	10,19%	12,05%
TJLP projetada	-	3,72%	5,57%	7,43%	9,29%	11,15%
Saldo de debêntures	933.670	992.538	1.009.881	1.027.224	1.044.567	1.061.910
Juros sobre debêntures (TJLP + 2,59%)	-	6,31%	8,16%	10,02%	11,88%	13,74%
TJLP projetada	-	3,72%	5,57%	7,43%	9,29%	11,15%

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

ii) Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os níveis de hierarquia de valor justo de 1 a 3 se baseiam no grau com base no qual o valor justo é observável:

- As mensurações do valor justo do Nível 1 são aquelas resultantes dos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras informações que não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços);
- As mensurações do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. Os instrumentos financeiros apresentados nessa demonstração financeira foram classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo.

28. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

Para o cálculo do resultado por ação, foi considerado a atual composição de ações ordinárias para o exercício comparativo, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, mantendo o denominador básico e diluído em bases comparativas.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	1.318.193	1.220.856
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.203.128	2.209.175
Lucro líquido básico por ação - R\$	0,60	0,55

Grupo Mateus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

29. Transações que não afetaram caixa

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
Ações outorgadas	9.703	3.275
Integralização de capital social	288.734	-
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	(44.217)	-
Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Venda de imobilizado	(145.488)	-
Adições de contratos de arrendamento	197.988	667.035
Ações outorgadas	9.703	3.275
Integralização de capital social	288.734	-
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	(44.217)	-

30. Eventos subsequentes

Aprovação do CADE para aquisição do Novo Atacarejo

Em 20 de fevereiro de 2025, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, por meio de despacho publicado no Diário Oficial da União, a aquisição do novo Atacarejo pelo Grupo Mateus.

A fusão representa uma oportunidade para expandir as operações em mercados complementares, resultando melhorias operacionais, logísticas, além de ganhos de eficiência que visam beneficiar os consumidores.

31. Autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de fevereiro de 2025

* * *



RESULTADOS 4T24

Videoconferência de Resultados

25 de fevereiro de 2025
10h00 (Horário de Brasília)
08h00 (Horário de Nova York)

Acesse o evento [clicando aqui](#)

Conferência realizada em português com
tradução simultânea para o inglês.



Lucro líquido atinge R\$ 388,0 milhões, com margem bruta de 23,0%, margem EBITDA de 8,4% e geração de caixa de R\$ 500 milhões no 4T24

Destaques 4T24 e 2024:



Receita líquida aumenta 15,7%, totalizando **R\$ 8,7 bilhões no 4T24**, com crescimento em **mesmas lojas** de **5,9% (sem ajuste calendário)**. Em 2024, a receita líquida somou R\$ 32,1 bilhões, um aumento de 19,8% (SSS: 6,9%).



Lucro bruto do 4T24 registra **R\$ 2,0 bilhões, 18,4%** acima do 4T23, com **margem bruta de 23,0%**, um avanço de **0,6 p.p.** vs. o 4T23. O lucro bruto de 2024 totalizou R\$ 7,3 bilhões (+21,2%), com margem bruta de 22,6%.



Despesas operacionais do 4T24 somam **R\$ 1,3 bilhão**, representando **14,6%** da receita líquida do período, **0,5 p.p.** menor que o registrado no 4T23. No ano, as despesas reduziram 0,2 p.p. como percentual da receita versus 2023.



EBITDA (pós IFRS 16) cresce **30,1%** no 4T24, alcançando **R\$ 730,3 milhões**, com margem de **8,4%**. Em 2024, o EBITDA excluindo efeitos extraordinários atingiu R\$ 2,5 bilhões (+26,2%), com margem de 7,8%.



Margem **EBITDA (pós IFRS 16) da Regional Nordeste** cresce novamente e atinge **6,7%** em 2024 ante 5,5% em 2023.



Taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social no 4T24 foi de **18,5%**. No acumulado do ano, atingiu 12,1%.



Lucro líquido, excluindo efeitos extraordinários do 4T23, aumenta **16,9%**, totalizando **R\$ 388,0 milhões** no trimestre. Em 2024, o lucro líquido, excluindo efeitos extraordinários, totalizou R\$ 1,35 bilhão, um aumento de 12,7%.



Ao final de 2024, o indicador **Dívida Líquida/EBITDA** foi de **0,29x**, com endividamento líquido total de R\$ 609,6 milhões e saldo de caixa de R\$ 1,7 bilhão.



Abertura de 4 lojas no 4T24 (2 atacarejos e 2 varejos). No acumulado do ano, foram abertas 16 lojas (10 atacarejos, 5 varejos e 1 Eletro).

Destaque do Período (R\$ milhões)	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Receita Bruta ⁽¹⁾	9.887	8.524	16,0%	36.352	30.165	20,5%
<i>Deduções</i>	(1.126)	(983)	14,5%	(4.135)	(3.391)	21,9%
<i>PIS/COFINS sobre Subvenção</i>	(34)	0	-	(131)	0	-
Deduções totais	(1.160)	(983)	18,0%	(4.266)	(3.391)	25,8%
Receita Líquida	8.727	7.541	15,7%	32.085	26.774	19,8%
SSS ⁽²⁾ sem ajuste calendário (%)	5,9%	8,8%	-2,9 p.p.	6,9%	8,5%	-1,6 p.p.
Lucro Bruto ⁽³⁾	2.004	1.692	18,4%	7.260	5.991	21,2%
<i>Margem Bruta</i> ⁽³⁾	23,0%	22,4%	0,6 p.p.	22,6%	22,4%	0,2 p.p.
EBITDA (pós IFRS 16) excluindo efeitos extraordinários ⁽⁴⁾	730	561	30,1%	2.490	1.973	26,2%
Margem EBITDA ex efeitos extraordinários (pós IFRS 16) ⁽⁴⁾	8,4%	7,5%	0,9 p.p.	7,8%	7,4%	0,4 p.p.
Lucro antes do Imposto de Renda	476	414	15,1%	1.519	1.277	18,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(150)	(41)	264,7%	(543)	(60)	799,3%
Crédito IR/CS de Juros sobre capital próprio	50	-	-	162	-	-
Compensação Prejuízo Fiscal Acumulado	6	16	-58,9%	126	18	609,7%
IR e CS diferido sobre provisões	6	-	-	71	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Total	(88)	(25)	246,2%	(184)	(43)	331,4%
Lucro Líquido	388	388	0,0%	1.335	1.235	8,1%
Lucro Líquido excluindo os efeitos extraordinários ⁽⁵⁾	388	332	16,9%	1.355	1.203	12,7%

(1) Receita Bruta = Receita Bruta de Mercadorias + Receita Bruta de Serviços – Devoluções.

(2) SSS: *Same Store Sale* - Crescimento de vendas nas mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas abertas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior. No consolidado considera as lojas de todos os formatos, incluindo as vendas do atacado/B2B dos centros de distribuição abertos há mais de 13 meses. Este indicador é calculado sem considerar nenhum efeito de calendário, como, por exemplo, deslocamentos de feriados ou dias de semana.

(3) Considera, no CMV, as verbas com fornecedores, que antes transitavam pela linha de Outras Receitas (Despesas), em conformidade com as práticas de mercado.

(4) Efeitos extraordinários reconhecidos no acumulado dos anos de 2024 e 2023. Em 2024, os efeitos foram principalmente: i) impacto do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no sentido de que o valor do ICMS por substituição tributária (ICMS-ST) não gera base de cálculo para os créditos de PIS/COFINS na aquisição de mercadorias para revenda; e ii) ganho tributário de períodos anteriores, referente, majoritariamente, a créditos de PIS/COFINS sobre despesas operacionais essenciais. Em 2023, os efeitos foram principalmente: i) ganho tributário de créditos de PIS/COFINS sobre despesas operacionais essenciais; e ii) créditos de PIS/COFINS sobre a depreciação acelerada de edificações, máquinas e equipamentos, relativos a anos anteriores. Como apresentado nos releases de resultados do 2T24 e 4T24.

(5) Exclui efeitos extraordinários reconhecidos no EBITDA dos 2024 e 2023, além do impacto no Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores reconhecido em 2024 e 2023. Como apresentado nos releases de resultados do 4T23 e 4T24.

Destaques por Segmento

	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Atacarejo						
Receita bruta de mercadorias ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	5.620	4.753	18,3%	20.372	16.384	24,3%
SSS ⁽²⁾ sem ajuste calendário (%)	2,1%	5,7%	-3,6 p.p.	4,0%	5,8%	-1,8 p.p.
Número de lojas	90	80	10	90	80	10
Inaugurações	2	11	-9	10	22	-12
Área de vendas (mil m²)	401	363	10,5%	401	363	10,5%
Varejo						
Receita bruta de mercadorias ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	2.244	2.096	7,0%	8.497	7.777	9,3%
SSS ⁽²⁾ sem ajuste calendário (%)	3,7%	5,4%	-1,7 p.p.	4,2%	8,0%	-3,8 p.p.
Número de lojas	78	73	5	78	73	5
Inaugurações	2	1	1	5	3	2
Área de vendas (mil m²)	133	124	6,7%	133	124	6,7%
Eletro						
Receita bruta de mercadorias ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	354	339	4,5%	1.267	1.184	7,0%
SSS ⁽²⁾ sem ajuste calendário (%)	1,5%	14,8%	-13,3 p.p.	4,6%	3,7%	0,9 p.p.
Número de lojas	104	105	-1	104	105	-1
Inaugurações	0	0	0	1	3	-2
Área de vendas (mil m²)	99	100	-0,9%	99	100	-0,9%
Atacado (B2B)						
Receita bruta de mercadorias ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	1.690	1.400	20,7%	6.249	4.901	27,5%
Representantes Comerciais	4.443	3.909	534	4.443	3.909	534
Rotas	299	288	11	299	288	11
Zonas Municipais	1.709	1.686	23	1.709	1.686	23
Centro de Distribuição	18	18	0	18	18	0
Consolidado						
Receita bruta de mercadorias ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	9.907	8.588	15,4%	36.386	30.246	20,3%
SSS ⁽²⁾ sem ajuste calendário (%)	5,9%	8,8%	-2,9 p.p.	6,9%	8,5%	-1,6 p.p.
Número de lojas	272	258	14	272	258	14
Inaugurações	4	12	-8	16	25	-9
Área de vendas (mil m²)	633	587	7,8%	633	587	7,8%

(1) Receita bruta de mercadorias, não está líquida das devoluções e não inclui a receita de serviços. Conceito diferente do apresentado na tabela de destaque da página 2.

(2) SSS: Same Store Sale - Crescimento de vendas nas mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas abertas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior. No consolidado considera as lojas de todos os formatos, incluindo as vendas do atacado/B2B dos centros de distribuição abertos há mais de 13 meses. Por segmento considera as vendas das lojas de cada tipo de formato abertas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior. No atacado/B2B considera as vendas dos centros de distribuição abertos há mais de 13 meses. Este indicador é calculado sem considerar nenhum efeito de calendário, como, por exemplo, deslocamentos de feriados ou dias de semana.

Expansão

Durante o 4T24, o Grupo Mateus inaugurou duas lojas de atacarejo: uma no Ceará (Fortaleza) e outra em Pernambuco (Recife). Além disso, foi inaugurada a primeira loja de varejo em Pernambuco (Recife) e a 31ª loja de varejo no Maranhão (São Luís). No ano de 2024, foram abertas 15 lojas do segmento alimentar, o que representou um crescimento de 7,8% na área de vendas, em comparação ao 4T23. Com isso, a Companhia encerrou o trimestre com 168 lojas de varejo alimentar e 104 de eletro, totalizando 272 unidades.



90 lojas / +10 em 2024



34 lojas



44 lojas / +5 em 2024

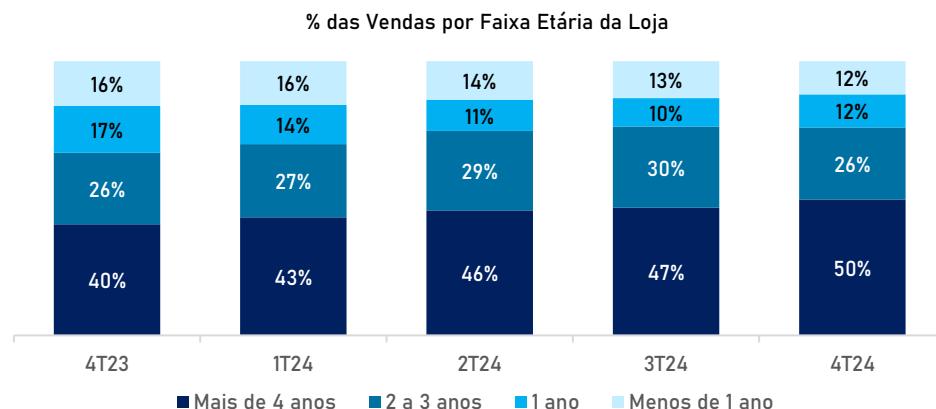


104 lojas / +1 em 2024



206 lojas

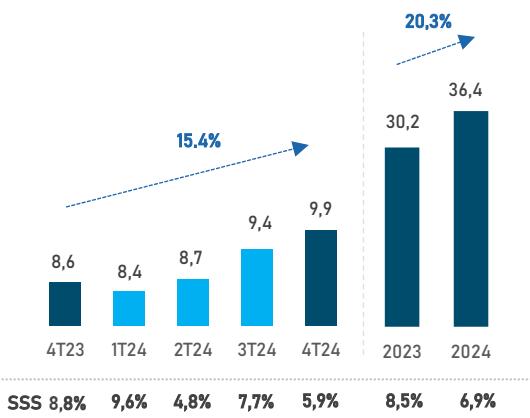
No 4T24, as lojas em maturação (com menos de 4 anos) representaram 50% da receita total do Grupo, 10 p.p. acima do 4T23, consequência do número menor de aberturas ao longo de 2024 (16 lojas) versus 2023 (26 lojas).



Receita Bruta de Mercadorias Consolidada

(R\$ bilhões)

A **receita bruta do 4T24 aumentou 15,4%**, atingindo **R\$ 9,9 bilhões** no período. Esse desempenho é resultado da abertura de 15 lojas nos últimos 12 meses e **do crescimento de 5,9% de vendas nas mesmas lojas (SSS)**. O crescimento do SSS no trimestre foi impactado pela desaceleração das vendas em dezembro, diferentemente de outubro e novembro, quando tanto o volume quanto o preço contribuíram positivamente para o indicador. No último mês do ano, o volume recuou, e o SSS foi impulsionado apenas pelo aumento de preço. Além disso, o fato de a Black Friday ter ocorrido muito próxima ao início de dezembro também impactou a performance no mês. Vale destacar que o atual contexto macro, com o aumento da inflação, aliado ao aumento de impostos sobre vendas nos estados da Região Nordeste no decorrer do ano, levou a Companhia a priorizar rentabilidade em detrimento do volume e extrair ainda mais valor da sua multicanalidade.



Neste contexto, o desempenho da venda bruta de mercadorias consolidada foi impulsionado principalmente pelo crescimento das vendas no **Atacado (B2B)**, que expandiu 20,7% e do **Atacarejo** que evoluiu 18,3%, em comparação com o 4T23. No acumulado do ano, a receita bruta consolidada **cresceu 20,3%** e totalizou **R\$ 36,4 bilhões**, com uma **performance de mesmas lojas de 6,9%**.

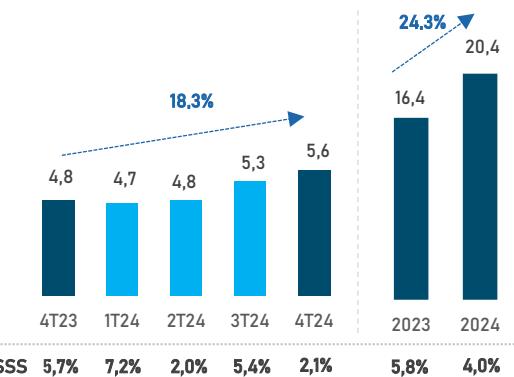
Receita Bruta de Mercadorias Atacarejo

(R\$ bilhões)

No 4T24, a **receita bruta do Atacarejo atingiu R\$ 5,6 bilhões**, um **crescimento de 18,3%**, quando comparado ao 4T23, representando 56,7% da receita bruta da Companhia.

O desempenho do Atacarejo deve-se, principalmente, à inauguração de **10 lojas** desse formato ao longo de 2024 e ao **crescimento de 2,1% nas vendas em mesmas lojas** no trimestre. O crescimento do SSS no 4T24 foi impactado pelos mesmos fatores mencionados anteriormente na receita bruta de mercadorias.

No ano, a **receita bruta cresceu 24,3%**, totalizando **R\$ 20,4 bilhões**, com uma **performance de mesmas lojas de 4,0%**.



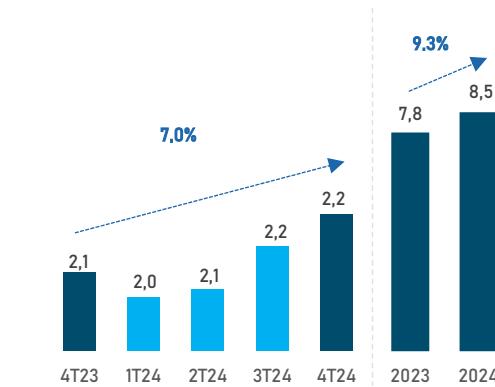
Receita Bruta de Mercadorias Varejo

(R\$ bilhões)

A receita bruta do segmento de Varejo, que inclui supermercados, hipermercados e lojas de vizinhança, alcançou R\$ 2,2 bilhões, 7,0% acima do 4T23, representando 22,6% da receita do Grupo no trimestre. As vendas de Hiper/Super e de Camiño tiveram um crescimento de 7,4% e 4,3% no período, respectivamente.

Mesmo sem abertura de novas lojas desde o 1T22, o formato Camiño apresentou crescimento de 4,3% no 4T24. Em 2024, foram inauguradas 5 lojas de supermercado, que contribuíram para o desempenho das vendas do segmento. O crescimento do SSS das lojas de Hiper/Super foi de 3,7% no trimestre, também impactado pelos fatores mencionados anteriormente.

No ano de 2024, a receita do Varejo foi de R\$ 8,5 bilhões, o que representou um aumento de 9,3%. O desempenho de vendas mesmas lojas foi de 4,2% no período.

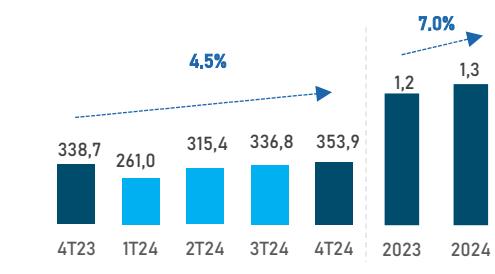


Receita Bruta de Mercadorias Eletro

(R\$ milhões)

O segmento de Eletro registrou uma **receita bruta de R\$ 353,9 milhões** no 4T24, com um **crescimento de 4,5%**, representando 3,6% das vendas do Grupo no trimestre. Já as vendas mesmas lojas aumentou 1,5%, refletindo a forte base de comparação do 4T23 (14,8%), além dos impactos já citados acima.

Em 2024, a receita bruta do Eletro aumentou **7,0%**, totalizando **R\$ 1,3 bilhão**. No critério de **mesmas lojas, o crescimento foi de 4,6%**.



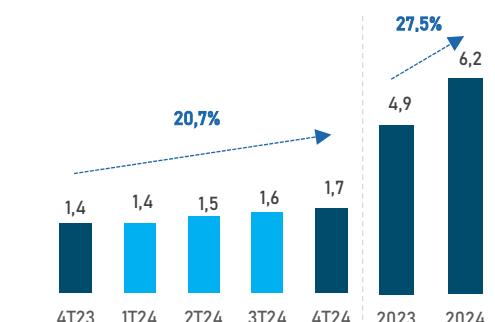
Receita Bruta de Mercadorias Atacado (B2B)

(R\$ bilhões)

Durante o 4T24, a **receita bruta do Atacado (B2B)** atingiu **R\$ 1,7 bilhão**, o que representou um **avanço de 20,7% versus o 4T23**. O segmento representou 17,1% da receita do Grupo no período.

Neste trimestre, apesar da base forte de comparação, o Grupo conseguiu manter um **bom ritmo de crescimento** no segmento Atacado B2B. Esse desempenho é reflexo, principalmente, do aumento de 13,7% no número de representantes comerciais autônomos do Grupo e da abertura de 11 rotas ao longo de 2024.

No ano, a receita do segmento foi de **R\$ 6,2 bilhões, 27,5% acima** do registrado em 2023.



Lucro Bruto

Em R\$ mil	4T24	3T24	2T24	1T24	4T23	2024	2023
Lucro bruto (conceito anterior)	-	-	-	-	1.647.245	-	5.812.928
Margem bruta (conceito anterior)	-	-	-	-	21,8%	-	21,7%
(+) Verbas negociadas com fornecedores	-	-	-	-	45.057	-	177.908
Lucro bruto (considerando as verbas com fornecedores)	2.003.932	1.893.923	1.712.464	1.649.755	1.692.302	7.260.073	5.990.836
Margem bruta (considerando as verbas com fornecedores)	23,0%	22,7%	22,4%	22,3%	22,4%	22,6%	22,4%

No 4T24, o **lucro bruto atingiu R\$ 2,0 bilhões**, um aumento de 18,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem bruta foi de 23,0%, 0,6 p.p acima da margem bruta do 4T23. Essa expansão resulta da evolução da maturação das lojas da Regional Nordeste, especialmente das que entraram no segundo ano de operação, além das iniciativas para melhoria da rentabilidade nas operações de atacado (B2B), atacarejo e varejo nos estados do Maranhão, Pará e Piauí.

No acumulado do ano, o **lucro bruto** aumentou **21,2%** e totalizou **R\$ 7,3 bilhões**, enquanto a margem bruta aumentou 0,2 p.p., atingindo 22,6% em 2024.

Despesas Operacionais

Em R\$ mil	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Despesas com Vendas	(1.151.607)	(991.923)	16,1%	(4.348.952)	(3.548.504)	22,6%
Despesas Administrativas	(126.260)	(146.712)	-13,9%	(435.575)	(488.259)	-10,8%
Total Despesas Operacionais	(1.277.868)	(1.138.636)	12,2%	(4.784.527)	(4.036.763)	18,5%
Total Despesas Operacionais/Receita Líquida	14,6%	15,1%	-0,5 p.p.	14,9%	15,1%	0,2 p.p.

Durante o 4T24, as **despesas operacionais** totalizaram **R\$ 1,3 bilhão**, **12,2%** acima do 4T23. No trimestre, as despesas operacionais representaram **14,6%** da **receita líquida**, uma redução de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período no ano anterior.

As **despesas com vendas** aumentaram **16,1%**, atingindo **R\$ 1,2 bilhão**, impulsionadas principalmente pela abertura de 16 lojas durante 2024. Outro aspecto importante foi o reajuste salarial decorrente do dissídio negociado com sindicatos que impactou a despesa de pessoal a partir dos meses de março e dezembro. Esse crescimento foi parcialmente compensado pela desaceleração no aumento das despesas com fretes e combustíveis no 4T24, resultado da maturação das novas rotas e dos seis centros de distribuição inaugurados em 2023.

Por sua vez, as **despesas administrativas** caíram **13,9%** em relação ao 4T23, totalizando **R\$ 126,3 milhões**, o que evidencia a maior eficiência dos escritórios administrativos em função da revisão dos procedimentos internos e da digitalização dos processos, os quais proporcionaram uma economia significativa para o Grupo. Em 2024, as despesas operacionais cresceram 18,5% e totalizaram **R\$ 4,8 bilhões**, reduzindo 0,2 p.p. como percentual da receita e representaram **14,9%** da receita líquida do período.

EBITDA

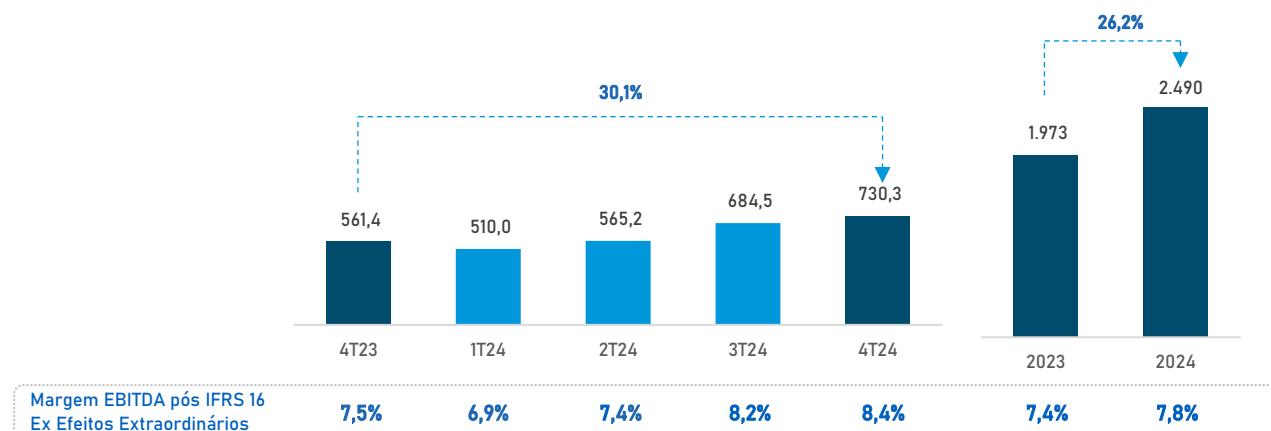
Em R\$ mil	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Lucro Líquido	388.003	388.117	0,0%	1.334.894	1.234.638	8,1%
(+) Imposto de Renda	88.220	25.485	246,2%	183.972	42.650	331,4%
(+) Resultado Financeiro	162.750	128.411	26,7%	571.948	405.323	41,1%
EBIT	638.973	542.013	17,9%	2.090.814	1.682.611	24,3%
(+) Depreciação e Amortização	91.372	64.718	41,2%	376.746	353.392	6,6%
EBITDA (pós IFRS 16)	730.345	606.731	20,4%	2.467.560	2.036.003	21,2%
Margem EBITDA (pós IFRS 16)	8,4%	8,0%	0,3 p.p.	7,7%	7,6%	0,1 p.p.
Total de efeito extraordinários ⁽¹⁾	-	(45.371)	-	22.453	(63.397)	-135,4%
EBITDA (pós IFRS 16) excluindo efeito extraordinários ⁽¹⁾	730.345	561.360	30,1%	2.490.013	1.972.606	26,2%
Margem EBITDA (pós IFRS 16) excluindo efeitos extraordinários ⁽¹⁾	8,4%	7,5%	0,9 p.p.	7,8%	7,4%	0,4 p.p.
(-) Depreciação e despesa financeira de arrendamento	(84.166)	(91.065)	-7,6%	(366.347)	(313.436)	16,9%
EBITDA (pré IFRS 16) excluindo total efeitos extraordinários ⁽¹⁾	646.179	470.295	37,4%	2.123.666	1.659.170	28,0%
Margem EBITDA (pré IFRS 16) excluindo efeitos extraordinários ⁽¹⁾	7,4%	6,2%	1,2 p.p.	6,6%	6,2%	0,4 p.p.

(1) Efeitos extraordinários reconhecidos no acumulado dos anos de 2024 e 2023. Em 2024, os efeitos foram principalmente: i) impacto do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no sentido de que o valor do ICMS por substituição tributária (ICMS-ST) não gera base de cálculo para os créditos de PIS/COFINS na aquisição de mercadorias para revenda; e ii) ganho tributário de períodos anteriores, referente, majoritariamente, a créditos de PIS/COFINS sobre despesas operacionais essenciais. Em 2023, os efeitos foram principalmente: i) ganho tributário de créditos de PIS/COFINS sobre despesas operacionais essenciais; e ii) créditos de PIS/COFINS sobre a depreciação acelerada de edificações, máquinas e equipamentos, relativos a anos anteriores. Como apresentado nos releases de resultados do 2T24 e 4T23

O **EBITDA pós IFRS 16** totalizou **R\$ 730,3 milhões** no 4T24, **30,1% acima do 4T23**. A **margem EBITDA** pós IFRS 16 subiu **0,9 p.p.**, atingindo **8,4%** de margem. Esse desempenho é resultado do aumento da receita líquida, impulsionada pela evolução das lojas em operação, pelo crescimento da base de novas lojas e pelo forte ritmo de expansão do segmento Atacado B2B. Esse avanço ocorreu apesar do impacto do pagamento de 9,25% de PIS/Cofins, que a Companhia passou a recolher em função da Lei nº 14.789/23, vigente desde 1º de janeiro de 2024, que alterou as regras de tributação das subvenções para investimento.

Além disso, a margem bruta avançou, favorecida pela maturação da Regional Nordeste e pela estratégia de precificação aplicada tanto às lojas mais antigas quanto ao atacado. O trabalho contínuo no controle de despesas também contribuiu para a alavancagem operacional no trimestre.

Durante o ano de 2024, o **EBITDA** pós IFRS 16, excluindo o total de efeitos extraordinários, foi de **R\$ 2,5 bilhões, 26,2%** acima do ano anterior, expandindo 0,4 p.p. na margem EBITDA pós IFRS 16 que atingiu 7,8%.

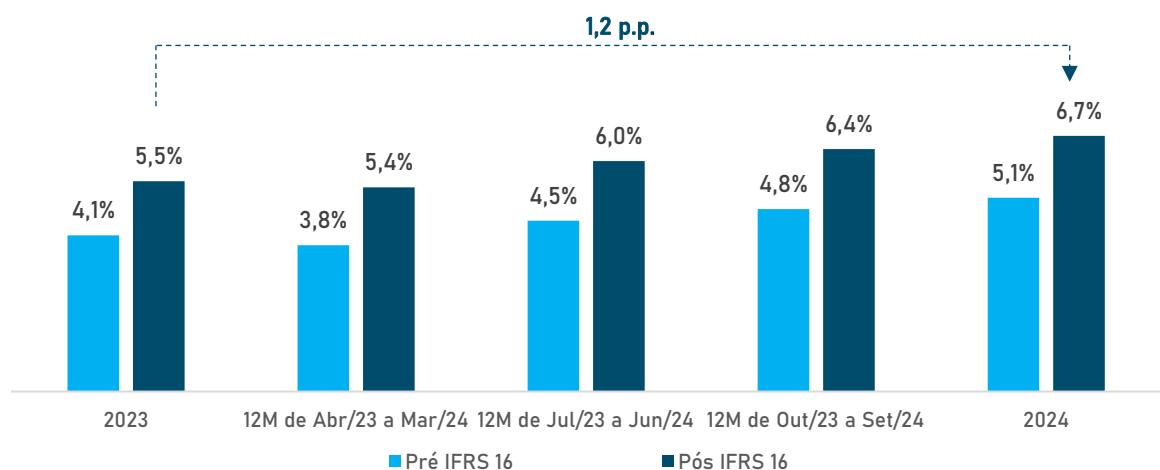


Regional Nordeste

Em 2021, a Companhia deu início à expansão para a **Região Nordeste**, alinhada ao seu planejamento estratégico de fomentar a consolidação e o adensamento de rotas. Nesse contexto, começaram as operações no **Ceará, Bahia, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Sergipe**. Até o final de dezembro, 49 lojas (45 atacarejos e 4 varejos) já estavam em funcionamento em capitais ou cidades relevantes desses seis estados, sendo que 34 delas estavam em operação há mais de 13 meses.

No final do 4T24, o parque de lojas abertas há mais de 13 meses na nova regional representou 20,2% do total de lojas do segmento alimentar, das quais 18 unidades já estão abertas há mais de 1 ano (de 13 a 23 meses de operação), 14 há mais de 2 anos (de 24 a 35 meses de operação) e 2 com mais de 3 anos (mais de 36 meses de operação). No trimestre, a maior parte das 34 lojas, com mais de 13 meses de operação, apresentou expansão relevante de margem bruta em relação ao 4T23, com destaque para as operações nos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba, evidenciando a solidez da proposta de valor da Companhia em mercados mais competitivos e a aderência à curva de maturação esperada. O grupo de lojas em operação de 13 a 23 meses registrou uma pressão em vendas nas mesmas lojas, enquanto o lucro bruto teve um crescimento expressivo. Assim a margem EBITDA pós IFRS 16 aumentou 1,2 p.p. em 2024 quando comparado a 2023.

Evolução da Margem EBITDA¹ da Regional Nordeste



Nº de lojas 15 lojas

18 lojas

22 lojas

27 lojas

34 lojas

(1) A margem EBITDA da Regional Nordeste considera despesas gerais e administrativas proporcionais às lojas abertas há mais de 13 meses no cálculo do EBITDA.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Receitas financeiras	82.206	52.167	57,6%	267.308	241.997	10,5%
Despesas financeiras	(244.956)	(180.578)	35,7%	(839.256)	(647.320)	29,7%
Resultado financeiro	(162.750)	(128.411)	26,7%	(571.948)	(405.323)	41,1%

O resultado financeiro do trimestre totalizou R\$ 162,8 milhões, representando um aumento de 26,7% em relação ao 4T23. Esse desempenho foi influenciado pelo crescimento de 35,7% na despesa financeira, impactada pelo recolhimento do PIS/Cofins sobre o pagamento de juros sobre capital próprio da controlada Armazém Mateus S.A. para seus acionistas, que inclui a controladora Grupo Mateus S.A. no valor de R\$ 43,6 milhões, realizado em dezembro de 2024.

O resultado financeiro do 4T24 foi de R\$ 162,8 milhões, correspondendo a 1,9% da receita líquida do período. Em 2024, o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 571,9 milhões e representou 1,8 % da receita líquida do ano.

Lucro Líquido

Lucro Líquido (R\$ mil)	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Lucro antes do IR e CS	476.223	413.602	15,1%	1.518.866	1.277.288	18,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(149.995)	(41.129)	264,7%	(543.382)	(60.424)	799,3%
Crédito IR/CS de Juros sobre capital próprio	49.545	-	-	162.269	-	-
Compensação Prejuízo Fiscal Acumulado	6.424	15.644	-58,9%	126.136	17.774	609,7%
IR e CS diferido sobre provisões	5.806	-	-	71.005	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Total	(88.220)	(25.485)	246,2%	(183.972)	(42.650)	331,4%
Alíquota efetiva de IR e CS (%)	18,5%	6,2%	12,4 p.p.	12,1%	3,3%	8,8 p.p.
Lucro Líquido	388.003	388.117	0,0%	1.334.894	1.234.638	8,1%
Total de efeitos extraordinários ⁽¹⁾	-	(56.137)	-	20.125	(31.851)	-
Lucro Líquido excluindo os efeitos extraordinários	388.003	331.980	16,9%	1.355.019	1.202.787	12,7%
Margem Líquida (%)	4,4%	4,4%	0,0 p.p.	4,2%	4,5%	-0,3 p.p.

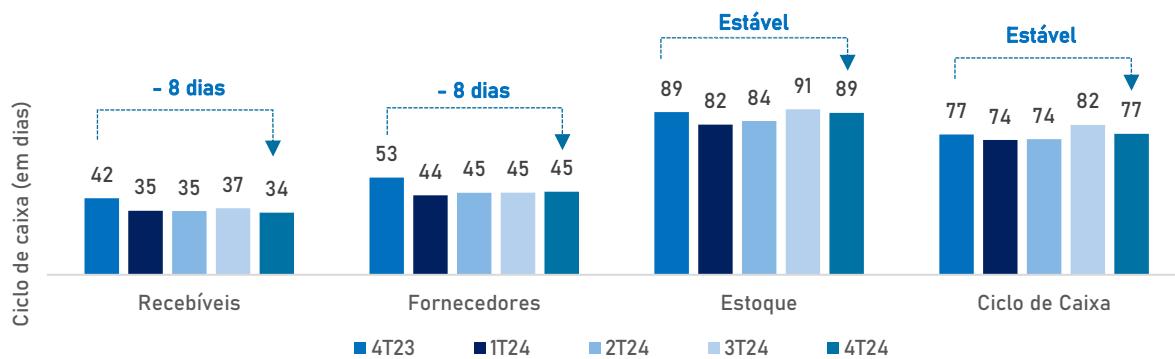
(1) Efeitos extraordinários: são os efeitos reconhecidos no EBITDA durante 2024 e 2023, além do impacto no Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores reconhecido no 2T24 e no 4T23. Como apresentado nos releases de resultados do 2T24 e 4T23.

O lucro líquido do 4T24 atingiu R\$ 388,0 milhões, aumentando 16,9% em relação ao 4T23. Essa melhora é resultado da expansão do EBITDA e do redesenho do planejamento tributário da Companhia. Com isso, a margem líquida no 4T24 ficou estável em relação ao 4T23. Em 2024, o lucro líquido excluindo os efeitos extraordinários foi de R\$ 1,4 bilhão, crescimento de 12,7% em relação a 2023 e a margem líquida atingiu 4,2%.

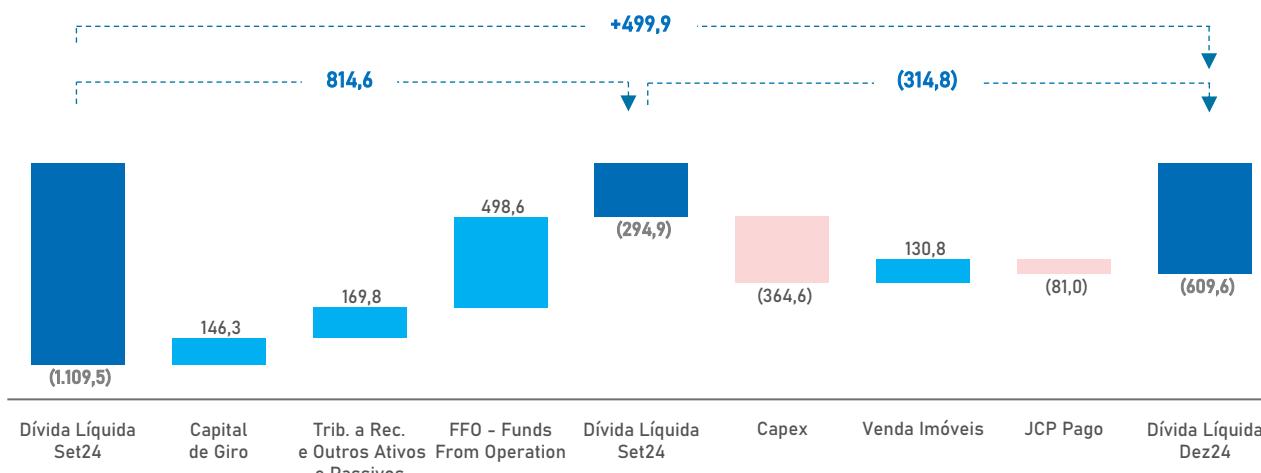
Em 2024, entrou em vigor a Lei nº 14.789/23, que alterou as regras de tributação das subvenções para investimento. Para mitigar parte desse impacto, a Companhia adotou as seguintes contramedidas: i) distribuição de juros sobre capital próprio (JCP), que beneficiou a linha do Imposto de Renda e Contribuição Social em R\$ 162,3 milhões. Esse benefício decorre da distribuição de JCP da controlada Armazém Mateus S.A. para seus acionistas e do Grupo Mateus para seus investidores; e ii) compensação de prejuízo fiscal acumulado em períodos anteriores, no montante de R\$ 370,9 milhões, resultando em um efeito positivo de R\$ 126,1 milhões. Como consequência dessas medidas, a alíquota efetiva em 2024 foi de 12,1%.

Ciclo Financeiro (12 meses) e Fluxo de Caixa

Ao final do 4T24, o Grupo apresentou um **ciclo de conversão de caixa de 77 dias**, uma melhora de 5 dias quando comparado ao 3T24. O estoque melhorou 2 dias em relação ao 3T24 e encerrou o trimestre no patamar de 89 dias, a linha de fornecedores se manteve nos 45 dias, já as recebíveis melhorou 3 dias e finalizou dezembro em 34 dias. Em relação ao 4T23, o ciclo de conversão de caixa ficou estável.



No 4T24, a Companhia gerou **R\$ 499,9 milhões** de caixa, resultado da geração de **caixa operacional de R\$ 498,6 milhões**, reflexo do forte desempenho do EBITDA no trimestre e da variação positiva do capital de giro. Essa geração foi mais que suficiente para financiar os investimentos realizados no período e o pagamento de **R\$ 81,0 milhões** de Juros sobre Capital Próprio distribuídos em dezembro de 2024.



Endividamento

Em R\$ mil	Dez/24	Set/24	Dez/23
Dívida Bruta	(2.273.858)	(1.808.303)	(1.779.384)
Caixa e equivalentes de caixa	1.664.167	698.687	1.289.138
Títulos e valores mobiliários	46	112	882
Dívida Líquida	(609.645)	(1.109.504)	(489.364)
Dívida líquida/EBITDA Ajustado (pré IFRS 16) LTM	0,29x	0,56x	0,30x

A dívida líquida da Companhia atingiu **R\$ 609,6 milhões** ao final de dezembro de 2024, resultado principalmente da geração de caixa no trimestre. O indicador de **Dívida Líquida/EBITDA ajustado (pré IFRS 16)** foi de **0,29x** ao final do 4T24 e ficou estável em relação a dezembro de 2023.

Investimentos

Em R\$ mil	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Novas lojas	208.771	151.796	37,5%	872.968	785.050	11,2%
Terrenos	64.986	118.297	-45,1%	193.549	213.868	-9,5%
Infraestrutura, CD, TI e Outros	31.942	18.586	71,9%	67.375	119.820	-43,8%
Reformas e Manutenções	58.866	42.969	37,0%	134.760	93.885	43,5%
Total dos investimentos	364.565	331.648	9,9%	1.268.652	1.212.623	4,6%
Vendas de ativos	(130.843)	(30.815)	324,6%	(158.512)	(155.182)	2,1%
Total dos investimentos excluindo venda de ativos	233.722	300.833	-22,3%	1.110.140	1.057.441	5,0%

Durante o 4T24, a Companhia investiu **R\$ 364,6 milhões em ativos fixos**, representando um aumento de 9,9% em relação ao 4T23. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo maior investimento em **Novas Lojas**, inaugurações realizadas em 2024 e pelas obras em andamento para futuras unidades. Excluindo os valores provenientes da venda de ativos, os investimentos do Grupo registraram uma queda de 22,3% no trimestre. Do total de **R\$ 130,8 milhões em vendas de ativos**, R\$ 67,4 milhões referem-se à operação de venda de quatro imóveis anunciada em novembro de 2024.

No ano, o total dos investimentos em ativos fixos foi **R\$ 1,1 bilhão**, 5,0% acima de 2023, consequência do aumento do investimento em **Novas lojas** e **Reformas e Manutenção**, parcialmente compensado pela queda no CAPEX destinado à **Infraestrutura, CDs, TI e Outros**, resultado da forte base forte de comparação de 2023, quando foram abertos 6 novos CDs versus 1 CD em 2024.

Ainda em 2024, foram investidos **R\$ 873,0 milhões em Novas Lojas**. Desse total, **R\$ 694,6 milhões** referem-se a lojas inauguradas até dezembro de 2024, enquanto **R\$ 178,4 milhões** correspondem a obras em andamento. Quanto à linha de **Terrenos**, que totalizou **R\$ 193,5 milhões**, **R\$ 40,4 milhões** correspondem a terrenos com lojas em operação, enquanto os **R\$ 153,2 milhões** restantes referem-se a terrenos destinados a futuras unidades.



Anexos
I – Demonstração de Resultados pós IFRS 16

Demonstração do Resultado (em R\$ mil)	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Receita bruta de vendas	9.907.150	8.587.761	15,4%	36.385.706	30.245.569	20,3%
Serviços prestados	49.877	40.635	22,7%	173.924	127.457	36,5%
Deduções	(1.125.706)	(983.194)	14,5%	(4.135.129)	(3.391.432)	21,9%
PIS/COFINS sobre subvenção para investimentos	(34.351)	-	-	(131.012)	-	-
Devoluções	(69.993)	(103.897)	-32,6%	(208.061)	(208.008)	0,0%
Receita líquida de vendas	8.726.977	7.541.305	15,7%	32.085.428	26.773.586	19,8%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados ⁽¹⁾	(6.723.045)	(5.849.003)	14,9%	(24.825.355)	(20.782.750)	19,5%
Lucro bruto ⁽¹⁾	2.003.932	1.692.302	18,4%	7.260.073	5.990.836	21,2%
<i>Margem Bruta ⁽¹⁾</i>	<i>23,0%</i>	<i>22,4%</i>	<i>0,6 p.p.</i>	<i>22,6%</i>	<i>22,4%</i>	<i>0,2 p.p.</i>
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com Vendas	(1.151.607)	(991.923)	16,1%	(4.348.952)	(3.548.504)	22,6%
Despesas Administrativas	(126.260)	(146.712)	-13,9%	(435.575)	(488.259)	-10,8%
Outras despesas/receitas, líquidas ⁽¹⁾	4.281	53.065	-91,9%	(7.985)	81.931	-109,7%
Despesas totais (ex depreciação e amortização)	(1.273.587)	(1.085.570)	17,3%	(4.792.512)	(3.954.832)	21,2%
EBITDA	730.345	606.731	20,4%	2.467.560	2.036.003	21,2%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>8,4%</i>	<i>8,0%</i>	<i>0,3 p.p.</i>	<i>7,7%</i>	<i>7,6%</i>	<i>0,1 p.p.</i>
Depreciação e Amortização	(91.372)	(64.718)	41,2%	(376.746)	(353.392)	6,6%
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	638.973	542.013	17,9%	2.090.814	1.682.611	24,3%
Receitas financeiras	82.206	52.167	57,6%	267.308	241.997	10,5%
Despesas financeiras	(244.956)	(180.578)	35,7%	(839.256)	(647.320)	29,7%
Resultado financeiro	(162.750)	(128.411)	26,7%	(571.948)	(405.323)	41,1%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	476.223	413.602	15,1%	1.518.866	1.277.288	18,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(149.995)	(41.129)	264,7%	(543.382)	(60.424)	799,3%
Crédito IR/CS de Juros sobre capital próprio	49.545	-	-	162.269	-	-
Compensação Prejuízo Fiscal Acumulado	6.424	15.644	-58,9%	126.136	17.774	609,7%
IR e CS diferido sobre provisões	5.806	-	-	71.005	-	-
Imposto de renda e contribuição social total	(88.220)	(25.485)	246,2%	(183.972)	(42.650)	331,4%
Lucro líquido do exercício	388.003	388.117	0,0%	1.334.894	1.234.638	8,1%
<i>Margem Líquida</i>	<i>4,4%</i>	<i>4,4%</i>	<i>0,0 p.p.</i>	<i>4,2%</i>	<i>4,5%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>

(1) Considera no CMV as verbas com fornecedores, que antes transitavam pela linha de Outras Receitas/Despesas, em conformidade com as práticas de mercado.

II – Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	Dez/24	Dez/23	Set/24
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.664.167	1.289.138	698.687
Contas a receber	3.399.130	3.457.628	3.509.695
Estoques	6.047.328	5.087.655	5.963.407
Tributos a recuperar	605.142	419.631	527.556
Outros ativos	253.517	116.483	233.914
Total do ativo circulante	11.969.284	10.370.535	10.933.259
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	46	882	112
Partes relacionadas	114	104	32
Tributos a recuperar	227.784	239.491	278.177
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126.888	-	203.290
Outros ativos	81.824	84.444	106.667
Depósitos judiciais	30.637	27.436	29.568
Ativos de direito de uso	2.036.014	1.850.811	1.884.077
Investimentos	43.144	19.238	43.144
Intangível	61.160	33.840	46.893
Imobilizado	4.382.427	3.730.515	4.375.436
Total do ativo não circulante	6.990.038	5.986.761	6.967.396
Total do ativo	18.959.322	16.357.296	17.900.655

Passivo (em R\$ mil)	Dez/24	Dez/23	Set/24
Passivo circulante			
Fornecedores	3.078.569	3.039.206	2.958.921
Empréstimos, financiamentos e debêntures	420.986	465.402	548.585
Obrigações trabalhistas	445.071	394.255	494.728
Obrigações tributárias	419.431	212.910	642.737
Tributos parcelados	15.132	11.977	14.731
Passivos de arrendamento	79.464	35.626	100.131
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	286.624
Outros passivos	214.597	76.354	172.311
Total do passivo circulante	4.673.250	4.235.730	5.218.768
Passivo não-circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.852.872	1.313.982	1.259.718
Tributos parcelados	22.771	17.490	22.330
Provisão para riscos	305.138	59.821	64.033
Passivos de arrendamento	2.089.299	1.927.542	1.926.101
Partes relacionadas	52.544	29.218	12.989
Total do passivo não circulante	4.322.624	3.348.053	3.285.171
Patrimônio líquido			
Capital social	8.346.465	8.013.514	8.057.731
Ações em tesouraria	(4.095)	(2.980)	(4.095)
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	44.217	-
Reserva legal	258.476	192.566	192.566
Reserva de incentivos fiscais	424.955	424.955	93.413
Reserva de orçamento de capital	824.497	-	-
Lucros acumulados	-	-	935.145
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores	9.850.298	8.672.272	9.274.760
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores	113.150	101.241	121.956
Total do patrimônio líquido	9.963.448	8.773.513	9.396.716
Total do passivo e do patrimônio líquido	18.959.322	16.357.296	17.900.655

III – Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	4T24	4T23	2024	2023
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	476.223	413.602	1.518.866	1.277.288
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	91.368	64.718	376.746	353.392
Atualização passivos de arrendamento	38.365	51.519	219.494	169.611
Provisão para obsolescência e quebras	380	(492)	(128)	10.490
Atualização monetária de arrendamentos	(172)	(2.033)	(11.432)	(2.338)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	30.324	6.028	54.822	21.194
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures provisionados	50.244	47.058	211.795	200.365
Resultado na baixa de imobilizado e direito de uso	1.022	5.220	1.133	7.239
Provisão para riscos	241.105	1.903	245.317	31.775
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber	80.241	(588.810)	3.676	(924.319)
Estoques	(84.301)	(147.688)	(959.545)	(1.112.770)
Tributos a recuperar	641	(46.177)	(93.332)	(70.010)
Depósitos judiciais	(1.069)	(1.136)	(3.201)	(6.628)
Outros ativos	(4.510)	17.689	(144.164)	(66.864)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	119.648	731.130	39.363	1.030.632
Obrigações trabalhistas e tributárias	(294.484)	48.128	(27.188)	173.694
Tributos parcelados	842	698	8.436	(1.116)
Outros passivos	187.774	28.439	283.731	48.560
Impostos pagos de juros sobre capital próprio	(13.087)	-	(58.005)	
Impostos pagos	-	(25.485)	(26.335)	(42.650)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	920.554	604.311	1.640.049	1.097.545
Juros pagos	(67.144)	(20.323)	(179.053)	(143.167)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	853.410	583.988	1.460.996	954.378
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(349.200)	(327.591)	(1.236.926)	(1.180.292)
Venda de imobilizado	130.843	30.815	158.512	155.182
Integralização de capital - Investidas	-	(19.238)	(23.906)	(19.238)
Aquisição de intangível	(15.365)	(4.057)	(31.726)	(32.331)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	66	(58)	836	626
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(233.656)	(320.129)	(1.133.210)	(1.076.053)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	825.695	36.798	962.076	86.595
Partes relacionadas	39.473	10.389	23.316	5.008
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(343.240)	(62.802)	(500.344)	(195.462)
Juros sobre o capital próprio pagos	(81.047)	-	(81.047)	-
Outorga de ações restritas	9.703	3.275	9.703	3.275
Recompra de ações	-	-	(10.818)	(7.465)
Ajuste participação de não controladores em investidas	(13.761)	(15)	(4.792)	1.080
Pagamento de arrendamentos	(91.097)	(79.179)	(350.851)	(277.865)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	345.726	(91.534)	47.243	(384.834)
Adição (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	965.480	172.325	375.029	(506.509)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	698.687	1.116.813	1.289.138	1.795.647
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.664.167	1.289.138	1.664.167	1.289.138
Adição (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	965.480	172.325	375.029	(506.509)

Sobre o Grupo Mateus

O Grupo Mateus é a terceira maior empresa de varejo alimentar do país, com operações no varejo de supermercados, atacarejo, atacado, móveis e eletrodomésticos, e-commerce, indústria de panificação e central de fatiamento e porcionamento.

Contatos de Relações com Investidores

www.ri.grupomateus.com.br

ri@grupomateus.com

São Luís, 24 de fevereiro de 2025

Este documento contém tanto informações históricas quanto declarações prospectivas acerca das perspectivas dos negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros do Grupo Mateus, baseadas exclusivamente nas expectativas da Administração da Companhia. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudança sem aviso prévio. Diante de tais incertezas, o Grupo Mateus não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar no futuro qualquer declaração prospectiva.



79

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria do Grupo Mateus S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 03, bairro Cohama, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.990.777/0001-09 ("Companhia") declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Luís, 24 de fevereiro de 2025.

Jesuíno Martins Borges Filho

Diretor Presidente

Túlio Jose Pitol de Queiroz

Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria do Grupo Mateus S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 03, bairro Cohama, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.990.777/0001-09 (“Companhia”) declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Luís, 24 de fevereiro de 2025.

Jesuíno Martins Borges Filho

Diretor Presidente

Tulio Jose Pitol de Queiroz

Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Grupo Mateus S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, em reunião realizada às 17h30min do dia 24 de fevereiro de 2025, procedeu ao exame das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório do auditor independente emitido e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("Demonstrações Financeiras").

Com base nos documentos examinados e nas manifestações favoráveis apresentadas pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração referentes às Demonstrações Financeiras, o Conselho Fiscal, por unanimidade, concluiu que os referidos documentos expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

São Luís, 24 de fevereiro de 2025.

Eduardo Seiji Yamaguchi

Diego Eceiza Nunes

Helena Turola de Araújo Penna

Parecer do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2024

Os membros do Comitê de Auditoria aprovaram o seguinte parecer a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração:

O Comitê de Auditoria, no uso das suas atribuições regulamentares, em reunião realizada às 9 horas em 21 de fevereiro de 2025, na sede social da Companhia, apreciou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer de auditoria do auditor independente. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, os esclarecimentos e o parecer de revisão sem ressalvas da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., o Comitê de Auditoria concluiu que as citadas demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e recomendam o seu encaminhamento para deliberação do Conselho de Administração.

São Luís, 24 de fevereiro de 2025.

Carlos Henrique Bandeira de Mello Junior

Claudia Regina Fernandes Ferreira

Corinto Lucca Arruda

PROPOSTA DO ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

Nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404, de 1976 (“[Lei das S.A.](#)”), a Assembleia Geral pode deliberar reter parcela do lucro líquido apurado no exercício social para fins de execução de orçamento de capital previamente aprovado. Para essa finalidade, o § 1º do artigo 196 destaca que a proposta de orçamento submetida pela administração à Assembleia Geral deverá conter a justificação da proposta de retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, previstas no orçamento.

Nesse sentido, com base no artigo 196 da Lei das S.A., a administração do Grupo Mateus S.A. (“[Companhia](#)”) propõe a retenção de parcela do lucro líquido do exercício social de 2024 para fins de execução da presente proposta de orçamento de capital.

Propõe-se que o orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2025 totalize o montante de R\$ 824.497 mil (oitocentos e vinte e quatro milhões e quatrocentos e noventa e sete mil), que será utilizado para (i) reforma e expansão de unidades, no montante de R\$ 760.440; e (ii) infraestrutura e Tecnologia da Informação, no montante de R\$ 64.057.

Os investimentos acima previstos para o exercício de 2025 deverão ser realizados com base nos lucros retidos, nos termos deste orçamento de capital, conforme o artigo 196 da Lei das S.A., no montante total de R\$ 824.497 mil (oitocentos e vinte e quatro milhões e quatrocentos e noventa e sete mil):

Quadro resumo de fontes e usos	
Fontes	
Reserva de retenção de lucros para execução do orçamento de capital (art. 196)	R\$ 824.497 mil
Total das fontes	R\$ 824.497 mil
Usos	R\$
Reforma e expansão de unidades	R\$ 760.440 mil
Infraestrutura e tecnologia da informação	R\$ 64.057 mil
Total dos usos	R\$824.497 mil



Comitê de Auditoria

Resumo do relatório elaborado para as demonstrações financeiras realizadas com data-base de 31.12.2024

O Comitê de Auditoria do Grupo Mateus (GMAT) é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo, três membros independentes, sendo um deles o Especialista Financeiro do Comitê. Os membros são nomeados anualmente pelo Conselho de Administração, que leva em consideração os critérios constantes da legislação e da regulamentação aplicáveis. Em 13 de junho de 2024, ocorreu uma renovação do Comitê e a Sra. Claudia Regina Fernandes Ferreira e o Sr. Corinto Lucca Arruda passaram a integrar o Comitê de Auditoria como membros independentes.

Atribuições e Responsabilidades

A Administração do GMAT é responsável pela definição e implementação de processos e procedimentos para o preparo das demonstrações financeiras, conforme a legislação societária, as práticas contábeis brasileiras e os normativos da Comissão de Valores Mobiliários. Também gerencia controles internos para salvaguarda de ativos, reconhecimento tempestivo de passivos e mitigação de riscos corporativos.

A Diretoria supervisiona os controles internos, compliance e riscos da Companhia, além de fornecer informações ao Comitê de Auditoria do GMAT.

A Auditoria Interna avalia a qualidade dos controles internos e o cumprimento das políticas e procedimentos definidos pela Administração, incluindo a elaboração dos relatórios financeiros.

A Auditoria Independente examina as demonstrações financeiras e emite parecer sobre sua aderência às normas aplicáveis, além de relatórios de recomendações sobre procedimentos contábeis e controles internos.

As funções e responsabilidades do Comitê de Auditoria estão descritas em seu Regimento Interno, disponível no site de RI da Companhia.

Atividades Desenvolvidas

O processo de supervisão efetuado pelo Comitê e que fundamenta seus julgamentos baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações efetuadas pelos diretores e pelas áreas de negócios e de suporte, na apresentação do resultado dos trabalhos do auditor independente (Grant Thornton), da área de controles internos, riscos e compliance e dos auditores internos.

No período de 7 de março de 2024 a 21 de fevereiro de 2025, o Comitê reuniu-se em 16 sessões. Nesse período, o Comitê analisou e opinou sobre os seguintes temas que demandaram mais atenção do Comitê, destacam-se:

- Revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com data-base de 31.3.2024 e 30.9.2024, semestral, com data-base de 30.6.2024 e anual, com data-base de 31.12.2024;

- Acompanhamento da execução do Plano Anual da Auditoria Interna de 2024, avaliação do teor dos relatórios e da consistência dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna;
- Discussão e recomendação da aprovação do Plano Anual da Auditoria Interna 2025 pelo Conselho de Administração;
- Análise de riscos efetuada pelo auditor independente, o seu planejamento dos trabalhos e ao término dos trabalhos de cada revisão sobre as Demonstrações Financeiras foram discutidas as principais conclusões dos auditores, bem como análise do relatório preparado acerca do ambiente de controles internos;
- Opinião sobre a contratação do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- Acompanhamento do tratamento sobre o Auto de Infração (“Auto de Infração”) lavrado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) contra sociedade controlada pela Companhia;
- Acompanhamento do resultado da revisão e avaliação de riscos conduzido pela área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos;
- Acompanhamento da evolução do projeto de revisão dos processos da área de Contabilidade;
- Compreensão e acompanhamento sobre a estrutura organizacional, os processos-chave e os principais desafios enfrentados pelas áreas de negócio e de suporte.

Conclusão

Por todo o exposto e considerando as informações obtidas em reuniões com as áreas responsáveis pelos assuntos contábeis, de controles internos, riscos e *compliance*, a auditoria interna, o parecer emitido pelos auditores independentes, sem qualquer ressalva, e o resultado de suas próprias análises, o Comitê de Auditoria, tendo presente as suas atribuições e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, julga que todos os temas relevantes que chegaram ao seu conhecimento, com base nos trabalhos efetuados e descritos neste relatório, estão adequadamente apresentados nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de 2024, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Luís, 21 de fevereiro de 2025.

**Carlos Henrique
Bandeira de Mello Junior**

Coordenador

**Claudia Regina
Fernandes Ferreira**

Membro

Corinto Lucca Arruda

Membro